

ensino **SUPERIOR**

revista do SNESup



CARREIRAS **DESBLOQUEAR É PRECISO**

Ser Reitor...
Jorge Olímpio Bento

Eleições SNESup
Novos órgãos
de gestão

Até já.
António Vicente

As carreiras também se abatem

O sufoco colocado ao desenvolvimento das carreiras académica e científica, a que conferimos particular relevância neste número da *Ensino Superior – Revista do SNESup*, pode ser explicado pelos constrangimentos financeiros do Estado e das instituições. Creio, todavia, que essa é uma visão demasiado redutora e simplista, mesmo sabendo que não se nada em dinheiro. O sufoco colocado às carreiras tornou-se um instrumento efetivo e exitoso do *managerialismo* triunfante. Nesse contexto, o sufoco não deve ser predominantemente encarado como uma consequência, sendo antes uma causa e uma estratégia. A lógica do produtivismo - traduzida, entre outros, no afã das publicações e na perseguição tenaz de tudo o que possa melhorar a posição num qualquer *ranking* - depressa se deu conta que a proletarização maciça de académicos e cientistas na categoria base de carreiras dominadas pelo halo ideológico do mérito se constituía como instrumento suficiente para alcançar níveis elevados de produtividade. Sem aumentar custos, produzindo muito mais, e num quadro de satisfação e de motivação aparentes, as instituições de ensino superior (IES), superiormente dirigidas, alcançaram o melhor dos mundos. Não tão bom, porém, se for possível - como não cessa de ser tentado - incrementar esses resultados por via da não inclusão na carreira de muitos que se consagram à docência e à pesquisa nas IES. Acresce que o corrúpio dos estafados que alimenta a engre-

nagem gera uma afeição dócil e acrítica convenientemente implicada no dia-a-dia das instituições e devidamente distante do centro onde se decide.

Na rubrica “Opinião”, Jorge Olímpio Bento reflete sobre aspetos da governação, pouco democrática, das IES que enquadram o cenário em cima descrito. Ser Reitor deveria significar, acima de tudo, lutar pela dignidade das pessoas e das instituições do mundo académico, ao invés de fomentar a condição dos “assalariados académicos” que Paulo Ferreira da Cunha retrata em “Relatos do Bule ou Jacarandás no Inferno”. Tal como ser Ministro deveria significar estimular o emprego científico, ao invés de o sufocar com subterfúgios. Na rubrica “Carreiras”, publicamos 4 testemunhos diretos que espelham satisfação, mas também angústias e perplexidades de quem segue na carreira há mais de 20 anos. E publicamos artigos de Rui Antunes, Manuel Mota e João Varella com sugestões concretas para mudar o estado atual com que se confrontam aqueles que estão incluídos ou que aspiram a estar incluídos em carreiras de IES.

Damos igualmente conta neste número da revista dos resultados do processo eleitoral que o SNESup concretizou no final do ano letivo passado, publicando uma carta de António Vicente, que presidiu à Direção do Sindicato por mais de 6 anos, dirigida aos associados.

•



PAULO PEIXOTO

PAULO.PEIXOTO@SNESUP.PT

Ser Reitor da 'minha' Universidade

Para ser Reitor de uma Universidade com letra maiúscula é preciso conhecê-la e amá-la como instituição guardiã da civilização e espiritualização da Humanidade. Para tanto requer-se, sobretudo, conhecer e amar as pessoas que a perfazem, a mantêm de pé e lhe conferem altura e forma de grandeza: Os docentes e funcionários que a servem com devoção, os estudantes que a escolhem com paixão.

Conhecer e amar as pessoas da Universidade é estar disposto a dar a cara e erguer a voz por elas, ter sensibilidade e propensão para perscrutar e identificar-se com os seus profundos anseios e para se bater pelos seus legítimos direitos.

É não pactuar com a existência de Conselhos Gerais e Regimes Fundacionais, que são resultantes do calculado e inaceitável roubo da democracia à comunidade acadêmica e da deliberada, fria e ofensiva intenção de burocratizar, controlar e vigiar (qual panóptico de Jeremy Bentham), disciplinar e infernizar a sua vida.

É abjurar mecanismos que permitem contratações assentes na precariedade laboral, na desvalorização das competências e qualificações de formação, na humilhação dos quadros mediante a violação do trato de dignidade inerente a todo o ser humano.

É rejeitar práticas de exploração e escravidão dos jovens docentes e funcionários, reduzidos à condição de criados para todo o serviço, sem a mínima esperança de acederem a uma função e modalidade de a exercer, estimulantes e enriquecedoras do sentido da vida.

É defender a Universidade como local de coabitação do passado, do presente e do futuro, onde se fecunda o respeito pelos que foram, pelos que são e hão de vir. É proclamar, com palavras e atos, que a Universidade é uma instância de cultura do relacionamento Intergeracional, exemplar e referencial para a sociedade. E isto impõe tecer armas, sem qualquer cedência ou manobra

dilatatória, pela renovação do corpo de docentes e funcionários.

É não consentir que, dentro dos muros da Universidade, seja na investigação, seja no cume da hierarquia professoral, vigore a 'lógica' da cadeia alimentar do tubarão, com os pequenos a serem sacrificados à insaciável voracidade dos grandes.

Quem quer ser Reitor tem que vestir a pele correspondente. Obriga-se a sustentar que a Universidade é pública; e, por isso, não pode ser instrumentalizada e usada como correia de transmissão de nenhum governo, regime político ou sistema ideológico. Logo, o Reitor deve comprometer-se a libertar a Universidade das garras e tenazes de corporações, lóbis e organizações mais ou menos manifestas ou ocultas; a não lhes fazer concessões e fretes de espécie alguma; a assumir, com coragem, desassombro, destemor e ousadia firmes e serenos, contagiante e inspiradores, o imperativo da denúncia e do enfrentamento, de pôr termo à colonização da Alma Mater para fins alheios à sua missão. Afinal, Reitor não é cargo para indivíduos de plasticina, melífluos, curvados e viscosos, exímios e insuperáveis executantes de adulações, bajulações, louva-minhas, salamaleques e vénias, e conformáveis à corcunda e genuflexão perante os fortes e poderosos.

Um Reitor a sério, como todo o cidadão cioso das suas prerrogativas cívicas e éticas, não pode fugir aos deveres e responsabilidades das circunstâncias. Portanto, nesta hora, não lhe é consentido escapular-se ao mandamento de afirmar, em alto e bom som, que o atual Ministro do Setor está a prosseguir, com dolo e logro agravados, as destrutivas orientações neoliberais, implementadas no tempo em que foi Secretário de Estado. Por este caminho, a Universidade deixa de o ser; no seu lugar florescerá, por entre cantos, palmas e louvores dos seus inimigos, uma escola técnico-profissional.

Caro Leitor: peço-lhe desculpa por esta mimese do Sermão de Santo António aos Peixes, do Padre António Vieira. Procuro desobrigar a consciência e adubar a convicção e a fé de que a Universidade tem uma matriz própria e um destino invencível. Graças a Deus, mesmo moribunda, tarde ou cedo, renasce das cinzas, levanta-se e acaba por expulsar os corpos estranhos. É o que a salva a ela e a nós... e a torna notável e insubstituível.



**JORGE OLÍMPIO
BENTO**
20.07.2016



Opinião

Ser reitor na minha universidade



4



Vida Sindical

8

Eleições para os órgãos do SNESup - Resultados



10

Carta de António Vicente dirigida aos associados do SNESup



Carreiras

14

Emprego Científico



22

Textos das Intervenções no encontro - Carreira académica 15 de junho, FC-UL



28

O que é uma carreira?



Temas atuais

31

Da Docência e suas Saídas (I)

SEDE NACIONAL

Av. 5 de outubro 104, 4º 1050-060 Lisboa
 Telefone: 217 995 660
 Fax: 219 995 661
 Email: snesup@snesup.pt
 Coordenadas - 38.742787 N - 9.1485938 W

SEDE DE COIMBRA

Rua do Teodoro, 8 3030-213 Coimbra
 Telefone: 239 781 920
 Fax: 239 781 920
 Email: snesup.coimbra@snesup.pt
 Coordenadas - 40.12101 N - 8.24385 W

SEDE NO PORTO

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º (Rotunda da Boavista) 4100-357 Porto
 Telefone: 225 430 542
 Fax: 225 430 543
 Email: snesup.porto@snesup.pt
 Coordenadas - 41.1579648 N - 8.6304681 W



ENCONTRO “RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO” - CS/11 – COIMBRA - 19 DE OUTUBRO

A Comissão Setorial para a Educação e Formação (CS/11) de acordo com o objetivo de promover e dinamizar as várias componentes que influenciam a qualidade nas Instituições de Ensino e de Formação Profissional e preparar recomendações para a respetiva melhoria vai realizar no dia **19 de outubro de 2016**, na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESENFC), em Coimbra, um Encontro subordinado ao tema **“Responsabilidade Social no Ensino Superior, Educação e Formação”**.

O Encontro terá lugar em Coimbra, em parceria com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESENFC) que está a comemorar os 135 anos com a realização do congresso internacional “Desafios da Qualidade em Instituições de Ensino” nos dias 20 e 21 de outubro.

Este Encontro terá como objetivo refletir e aprofundar a centralidade de sistemas de avaliação institucional, sustentados numa cultura de autorregulação, de autonomia, de prestação de contas e de responsabilidade. A aproximação e a cooperação entre instituições de ensino superior e não superior possibilitará um reforço das redes colaborativas que permitirá a partilha de conhecimentos e a troca de experiências (nacionais e internacionais) para o aperfeiçoamento dos respetivos sistemas de avaliação da qualidade.

Tem como destinatários Docentes e Formadores; Dirigentes e Quadros Técnicos ou com atividade relacionada com o Ensino Superior, Educação, Formação e Responsabilidade Social; Empregadores; Sindicatos; Associações Profissionais; Associações de Estudantes; Representantes dos diversos setores da sociedade que interagem com o Ensino Superior, Educação e Formação.

PUBLICADO DIPLOMA DO ESTÍMULO AO EMPREGO CIENTÍFICO

No passado dia 29 de agosto de 2016 foi publicado o Decreto-Lei nº 57/2016 destinado a estimular o emprego científico e tecnológico. Tal como se depreende da norma revogatória inscrita no art.º 24.º, trata-se da substituição do anterior Decreto-Lei n.º 28/2013, que criava o Investigador FCT, com uma revisão em baixa nos seus índices salariais e sustentados, não por um concurso nacional, mas sim numa série de concursos individuais que surgem ao sabor de diversas contingências institucionais.

Serão apenas abrangidos cerca de 329 doutorados, o que significa 14% do total dos atuais bolseiros de pós-doutoramento, segundo previsão avançada publicamente pelo ministro Manuel Heitor. Tal cenário obriga a que se efetue uma reflexão séria e conjunta sobre o emprego científico que permita caminhar para a inserção dos doutorados na Carreira de Investigação Científica, numa lógica de estabilização, que permita dignificar verdadeiramente o Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

PUBLICADO COMPLEMENTO AO REGIME TRANSITÓRIO DA CDESP

Foi publicado a 17 de agosto de 2016 o Decreto-Lei nº 45/2016 que estabelece o conjunto de regras complementares do processo de transição dos docentes do ensino superior politécnico regulado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto.

O diploma obriga a que os assistentes se mantenham na mesma categoria. Tal, não só prejudica os próprios em termos remuneratórios, como os restringe nos direitos, colocando em causa a própria carreira.

Este diploma significa um atentado contra a carreira académica (em todos os sistemas do mundo o doutoramento significa a passagem a professor), contra a lei em vigor (violando claramente a norma de valor reforçado no Orçamento de Estado que afirma a progressão destes docentes) e contra a própria Constituição.

Todos os colegas afetados por esta situação, bem como outras que possam resultar de



FOTO: UTAD.PT

leituras menos benignas, ou restritivas da legislação, devem contactar o nosso Apoio Jurídico.

REUNIÃO DE COMISSÃO PARITÁRIA NA UTAD

O SNESup reuniu no passado dia 14 de julho com a Reitoria da UTAD, em sede de Comissão Paritária, visando ultrapassar várias situações de divergência nesta universidade. A reunião foi profícua tendo havido uma base de entendimento na resolução das matérias em discussão.

RAD EM NEGOCIAÇÃO NO IPPORTALEGRE

O SNESup reuniu no passado dia 7 de julho com a Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) em sede de negociação da proposta de alteração do Regulamento de Avaliação de Desempenho Docente desta instituição. A posição negocial do SNESup obteve, em muitos pontos, acolhimento favorável por parte da presidência do IPP. Foram ainda identificados alguns problemas no desenrolar do processo de Avaliação de Desempenho Docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre.

REUNIÃO COM DOCENTES NO ISEL

O SNESup reuniu no passado dia 6 de julho com os docentes no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Nesta reunião pudemos registar o prejuízo causado pela redução de

contratos de colegas doutorados que anteriormente poderiam ter beneficiado do Regime Transitório. Alguns destes colegas poderão ser abrangidos pelo regime complementar previsto no Decreto-Lei 45/2016

SNESUP REÚNE COM BGCT

O SNESup reuniu no passado dia 6 de julho com os Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia, para analisar a sua situação e a proposta de Decreto-Lei para o Estimulo ao Emprego Científico. Ficou assinalada a realidade de centenas de bolseiros que desempenham atualmente funções fundamentais nas instituições, incluindo na própria FCT, sem qualquer vínculo laboral efetivo. Urge resolver esta situação de subemprego, atendendo a que o diploma do MCTES (Decreto-Lei nº 57/2016) promove rotatividade e descontinuidade dentro do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

PROPINAS: UCOIMBRA CONDENADA

Foi emitida no passado dia 1 de julho uma sentença do tribunal Administrativo e Fiscal de Braga condenando a Universidade de Coimbra a devolver as propinas pagas por um colega de um Instituto politécnico. Esta sentença vai ao encontro da posição há muito assumida pelo SNESup: direito à isenção para docentes do Ensino Superior em processo de doutoramento para efeitos de progressão ou transição, e obrigação de reposição caso tenha existido pagamento.



NEGOCIAÇÃO ALTERAÇÕES RAD IST

O SNESup reuniu no passado dia 28 de junho com a Presidência do Instituto Superior Técnico (ISP) acerca da proposta de alteração do Regulamento de Avaliação de Desempenho Docente da instituição. A posição negocial do SNESup obteve, em muitos pontos, acolhimento favorável por parte da presidência do ISP.



SNESUP REÚNE COM PRESIDÊNCIA DO IPSANTARÉM

O SNESup reuniu no passado dia 23 de junho com o Presidente do Instituto Politécnico de Santarém, tendo a agenda de trabalho incidido sobre a questão do Despacho 68-2016. Refira-se que foi apresentada a correção de vários pontos lesivos no referido documento, tendo o Presidente do IPSantarém mostrado disponibilidade para apresentar um novo documento aos órgãos competentes.

REUNIÃO COM GP-PCP

O SNESup reuniu no passado dia 22 de junho com o grupo parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), discutindo temáticas como o *Regime Fundacional*, a *Violação dos Limites de Carga Horária* e da *Proporcionalidade Contratual* e as *Medidas de Estabilização de Vínculos e Contratação no Ensino Superior e Ciência*. É de assinalar o compromisso e a preocupação do PCP sobre estas questões, e da disponibilidade para acolhimento das propostas do SNESup.



SNESUP REÚNE COM ABIC

O SNESup reuniu no passado dia 22 de junho com a Direção da ABIC, para debater a situação do emprego científico, a articulação entre as organizações e possibilidades de ações futuras. Assiste-se a uma convergência das organizações nos posicionamentos expressos na *contraproposta negocial* por parte do SNESup e no *parecer da ABIC* em relação ao diploma relativo ao emprego científico. Deseja-se uma articulação próxima entre ambos. Note-se que o SNESup facultou à ABIC acesso ao seu Apoio Jurídico ao longo dos últimos anos, visando a dignificação do emprego científico e a possibilidade participação conjunta em ações futuras.

ASSINATURA DO COMPROMISSO PARA A LEGISLATURA

Foi assinado no passado dia 15 de junho o Compromisso para a Legislatura que une Governo e Instituições do Ensino Superior, o qual significa um contrato para a não reposição dos cortes do orçamento do Ensino Superior durante os próximos anos. Assinale-se a recusa da assinatura dos politécnicos de Lisboa, Porto e Coimbra, alegando a capacidade das instituições em desenvolverem programas de formação avançada de nível 8 (doutoramento) e o acesso a programas de investigação de maior exigência. A existência destas vozes dissonantes vinca um estado geral feito de manobras políticas de bastidores, incongruências generalizadas e uma perda geral do apoio financeiro ao Ensino Superior, traduzido numa redução em 30% do financiamento.



FOTO: WIKIPEDIA

REUNIÃO DE DOCENTES UCOIMBRA

O SNESup organizou uma reunião geral de docentes da Universidade de Coimbra no passado dia 9 de junho, onde se abordou o recente despacho do Vice-Reitor Luís Filipe Menezes relativo à contratação de convidados, bem como à proposta de Regulamento de Prestação de Serviço Docente para esta Universidade. Após a audição de diversos testemunhos por parte de colegas convidados e de leitores, o SNESup avançou com duas queixas, uma ao Provedor de Justiça e outra à Inspeção Geral de Educação e Ciência, relativas ao Despacho violador do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), assinado pelo vice-reitor anteriormente mencionado. A queixa já produziu uma primeira comunicação do Provedor à UCoimbra. Nessa comunicação o Provedor afirma as suas dúvidas quanto à validade do referido despacho, considerando também que este lesa a reputação da Universidade de Coimbra, a qualidade do ensino e o desenvolvimento da carreira profissional dos docentes.

UNL: UNIDADES ORGÂNICAS REJEITAM PASSAGEM A FUNDAÇÃO

O Conselho da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa e o Conselho do Instituto de Higiene e Medicina Tropical rejeitaram por maioria a proposta de passagem a Fundação desta universidade, dando voz a um conjunto de reservas existentes, bem como dúvidas e problemas resultantes do desenrolar deste processo.

Eleições para os órgãos do SNESup - Resultados

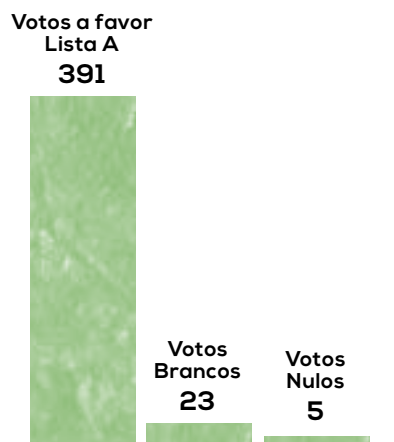
Realizou-se a 6 de julho a reunião de apuramento dos resultados das eleições do SNESup.

Enviamos abaixo um quadro resumo dos resultados. No site encontrará a lista completa com as votações e os eleitos.

A 9 de julho realizou-se a tomada de posse dos novos dirigentes do SNESup.

RESUMOS DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DO SNESUP DE 28 E 29 DE JUNHO

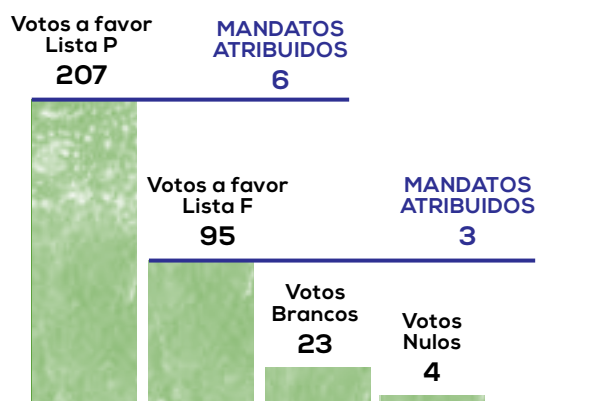
Para a Direção foi eleita a Lista A com a seguinte votação



Consulte a ata da Assembleia Geral Eleitoral em

http://www.snesup.pt/htmls/_dllds/Ata_Assembleia_Geral_eleitoral_28_e_29_junho_2016.pdf

Para a Comissão de Fiscalização e Disciplina, foram eleitos 3 candidatos da Lista F e 6 candidatos pela Lista P, com a seguinte votação



Para o Conselho Nacional (que são também delegados sindicais) foram eleitos representantes nas seguintes secções sindicais:

- Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
- Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda
- Instituto Politécnico de Beja
- Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança
- Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra
- Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências sociais
- Instituto Politécnico de LeiriSinda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria
- Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa
- Instituto Politécnico de Lisboa

- Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa
- Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
- Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior Agrária de Elvas
- Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre
- Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Desporto de Rio Maior
- Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal
- Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes
- Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo - ESTG
- Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Tecnologia
- Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Educação do Porto
- Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão
- Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto
- Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
- Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto
- ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa Universidade Aberta
- Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências
- Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências da Saúde
- Universidade da Beira Interior - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- Universidade da Beira Interior - Faculdade de Engenharia
- Universidade da Madeira - Faculdade de Artes e Humanidades
- Universidade da Madeira - Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia
- Universidade da Madeira - Faculdade de Ciências Sociais
- Universidade de Aveiro - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
- Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências
- Universidade de Lisboa - Faculdade de Farmácia
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências da Vida e do Ambiente
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Humanas e Sociais
- Universidade do Algarve - Escola Superior de Saúde
- Universidade do Algarve - FCHS
- Universidade do Algarve - FCT
- Universidade do Algarve - Instituto Superior de Engenharia
- Universidade do Minho - Escola de Engenharia
- Universidade do Porto - Faculdade de Desporto
- Universidade do Porto - Faculdade de Farmácia
- Universidade do Porto - Faculdade de Letras
- Universidade dos Açores - Ponta Delgada
- Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia

TORNE-SE SÓCIO

**UM SNESUP MAIS FORTE
REPRESENTA UMA
VALORIZAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR E DA INVESTIGAÇÃO
CIENTÍFICA**

Carta de António Vicente dirigida aos associados do SNESup

Colega,

Tudo tem um fim. E o fim, qualquer fim, não tem de ser mau ou triste. Pelo contrário. Todo o fim dá lugar a um novo começo.

Tomei posse como Presidente da Direção do SNESup no dia 19 de fevereiro de 2010. Irei deixar esta responsabilidade no dia de amanhã, 9 de julho de 2016. Foram mais de seis anos.

Nas Direções que tive o privilégio de integrar, procurámos ir ao encontro das pessoas, assumindo a intervenção do SNESup como um verdadeiro Sindicato de causas, um Sindicato que se preocupa com as pessoas. Procurámos garantir a defesa dos direitos dos docentes e investigadores com uma visão de futuro. Procurámos na nossa intervenção representar e defender os docentes e investigadores dando-lhes um espaço de debate e de apresentação de propostas procurando inovar. Julgo que respeitámos a matriz do SNE-Sup, um Sindicato independente, ativo, dinâmico, solidário, íntegro e atento. Um Sindicato que se caracterizou nestes anos pelas iniciativas e pelo diálogo na busca de soluções mais eficientes para o desenvolvimento do Ensino Superior e Ciência.

Sem falsas modéstias julgo que posso afirmar que, tendo cometido erros, deixo o SNE-Sup um pouco melhor do que o encontrei. Apesar dos Relatórios e Contas de 2010 a 2015 que foram todos devidamente aprovados e se encontram publicados no site do SNESup, é hora de prestar contas destacando algumas:

Entre 2010 e 2016:

- Apresentámos propostas junto da Assembleia da República relativamente ao Ensino Superior e Ciência para todos os Orçamentos do Estado entre 2010 e 2016;
- Negociámos as revisões dos Estatutos das Carreiras Docente (ECDU e ECPDESP) e as suas alterações de 2010 promovidas pela Assembleia da República;
- Negociámos junto da Secretaria de Estado da Administração Pública e da Assembleia da República a proposta de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Apresentámos propostas de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública

a diversas instituições de ensino superior, tendo o primeiro sido assinado com a Universidade do Algarve em 2014;

- Apresentámos queixa à Comissão Europeia pela violação do direito comunitário (Diretiva 1999/70/CE) dada a existência de um regime de precariedade no Ensino Superior e Ciência;

- Incentivámos a vinculação de Instituições de Ensino Superior ao Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD);

- Formalizámos protocolos de Comissão Paritária com instituições de ensino superior;

- Negociámos ou participámos na audição sindical de mais de 215 Regulamentos e alterações a Regulamentos de avaliação de desempenho, de concursos e contratação, de serviço docente ou equiparação a bolseiro, entre outros;

- Publicámos a obra Pensar a Avaliação do Ensino Superior: Propostas para um debate indispensável, e estando em fase de edição um outro livro sobre o Futuro do Ensino Superior e Ciência;

- Adquirimos um imóvel para a nova delegação do SNESup em Coimbra;

- Estabelecemos relações institucionais com outras organizações, com especial destaque para a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público ou a Associação dos Oficiais das Forças Armadas, tendo mesmo sido publicada uma obra conjunta referente ao papel do Estado e suas funções– Educar, Defender, Julgar: Para uma Reforma das Funções do Estado ou;

- Estabelecemos ainda relações institucionais com Sindicatos congéneres do SNE-Sup de países como a Brasil, Canadá, França, Dinamarca, Espanha, Reino Unido ou Irlanda, tendo mesmo o SNESup sido convidado a integrar a Internacional da Educação processo que formalizou em 2016.

De destacar ainda que entre 2010 e 2016 se realizaram no SNESup:

- 4 das 12 Assembleias Gerais Eleitorais onde se elegeram os Órgãos Nacionais do SNESup (2010, 2012, 2014 e 2016);



ANTÓNIO VICENTE

- 3 das 7 Assembleias Gerais Não Eleitorais (2010, 2010 e 2016);
 - 3 dos 5 Congressos do SNESup (III em 2010, IV em 2014 e V em 2015);
 - 16 Encontros, Conferências e Debates dedicados a diversos temas relativos ao Ensino Superior e Ciência ou;
 - 4 Greves Nacionais do Ensino Superior e Ciência decretadas pelo SNESup.
- Ainda entre 2010 e 2016:
- Mantiveram-se os canais de comunicação do SNESup, o site www.snesup.pt, a newsletter InfoSNESup, a Ensino Superior - Revista do SNESup, tendo ainda sido criados outros canais no Youtube, nas redes sociais Facebook e LinkedIn, ao que se veio a juntar a presença no Twitter;
 - No que respeita ao Apoio Jurídico foram dadas respostas a mais de 3865 pedidos de apoio jurídico on-line, realizadas mais de 3258 consultas jurídicas presenciais e dado acompanhamento a mais de 1266 ações judiciais ou;
 - Aprovámos uma proposta visando a concretização do Regime do Pessoal Docente e Investigador das Instituições Privadas, regime que se encontra por concretizar há 25 anos.

Nos últimos seis anos associaram-se 1400 Colegas ao SNESup (um aumento de 30%).

Uma nota ainda para os resultados negativos nas contas do SNESup nos anos de 2011 a 2015, essencialmente resultantes do aumento de atividade e redução do valor da quota cobrada aos associados de 0,75% para 0,65% deliberada em 2010. Uma decisão acertada num momento em que se impôs um corte significativo aos vencimentos dos docentes do Ensino Superior e investigadores, tendo o SNESup a obrigação de contribuir também com um esforço para amenizar o impacto dessa medida na vida dos seus associados. Foi realizada uma auditoria externa às contas do SNESup de 2014 por um Revisor Oficial de Contas, tendo ainda sido concretizada a Certificação Legal das Contas de 2015.

Ao longo destes mais de seis anos na presidência de Direções do SNESup tive o privilégio de participar em mais de 565 reuniões com personalidades e entidades como

o Governo, a Assembleia da República, o Provedor de Justiça, o Conselho Nacional de Educação, o CRUP, o CCISP, a APESP, a A3ES, IGEC, ACT, DGES, Entidades Instituidoras, Reitores, Presidentes, Presidentes / Diretores de Escolas / Faculdades, CGTP, UGT, FENPROF, FNE, ABIC, ANICT, Federações de Estudantes, ASJP, SMMP ou AOFA, entre outras. Foram mais de 4 mil horas em reuniões, mais de 180 mil quilómetros em viagens, mais de 1800 horas em viagem.

Mas há ainda muito, mas mesmo muito, por fazer no SNESup, no Ensino Superior e na Ciência. E é responsabilidade de todos contribuir para um SNESup melhor, para melhorar o Ensino Superior e a Ciência. É essa a obrigação dos Colegas agora eleitos e que tomarão posse no próximo sábado para os diferentes Órgãos Nacionais. A responsabilidade é grande, mas tenho a certeza que estarão à altura.

Aos Conselheiros Nacionais, bem sei que já passou a moda de ser sindicalista e delegado sindical, que hoje as responsabilidades e desafios são bem maiores do que as recompensas, mas vocês são essenciais às vossas instituições, aos Colegas e ao SNESup. Não deixem de participar e intervir na vida do SNESup, muito em particular numa das vossas maiores missões que é a definição das grandes linhas de intervenção do Sindicato. Os Colegas que vos elegeram confiaram em vós para os representar, para ser a sua voz. Não os deixem no silêncio.

À próxima Direção, muita força e coragem para os desafios que os esperam. Divirtam-se aproveitando cada momento na certeza de que a responsabilidade que vos foi transmitida pelos sócios que confiaram em vós para dirigir o SNESup não espera nada menos que o melhor de cada um. O Programa que definiram é o vosso guia. Os problemas que enfrentarão diariamente serão o desafio à vossa capacidade e vontade. Que tenham sempre a coragem para fazer o que precisa de ser feito por um Ensino Superior e Ciência melhores, por carreiras mais dignas, por Colegas mais realizados e felizes. A diversidade será a vossa força se souberem respeitar-se e colocar sempre o interesse do SNESup, do Ensino Superior e da Ciência à frente. A pluralidade de visões e a capacidade de encontrar

compromissos será essencial para um trabalho eficiente e mobilizador. Têm o que é preciso para que o SNESup continue a crescer e ser cada vez melhor. Confio que deixarão o SNESup melhor do que o encontraram.

Aos membros da Comissão de Fiscalização e Disciplina que possam fiscalizar e disciplinar com rigor, competência, isenção e sobriedade. Respeitem para serem respeitados. Tal como qualquer árbitro, quanto menos se falar de vós sinal de que melhor será o vosso trabalho.

Permitam-me terminar agradecendo a todos quantos me deram o privilégio de os conhecer e permitir que de alguma forma com eles trabalhasse no SNESup.

Agradecimento muito especial ao SNESup, uma organização que muito me deu nestes últimos seis anos. Foi uma Escola. Muito foi o que aprendi (sobre o Ensino Superior, a Ciência, as Instituições, os Governos, o Parlamento, a Política, sobre a vida). Foi uma experiência muito enriquecedora e pela qual estarei eternamente grato a todos os que me possibilitaram este privilégio de pertencer a Direções do SNESup ao longo dos últimos 8 anos, mais de seis com a honra de as presidir. Muitos foram os momentos de felicidade, de alegria, de aprendizagem. Mas também existiram momentos difíceis, de extrema fadiga, de inúmeras lágrimas e desânimo. E os Amigos que aqui conheci no SNESup foram das maiores dádivas que recebi. Estou devedor, e muito, ao SNESup. Aos associados do SNESup o meu humilde agradecimento por terem confiado em mim ao longo destes anos para vos representar. Muito obrigado. Fiz o melhor que consegui. Mas sei que deixei muito por fazer, muitos problemas por resolver. Queiram aceitar as minhas desculpas por não ter sido capaz de fazer mais e melhor. Dei o que tinha e muitas vezes o que não tinha. Termina esta minha responsabilidade com a certeza de ter dado o meu melhor e por isso findo tranquilo e feliz. O SNESup não me deve seja o que for. Eu devo-lhe imenso.

Um reconhecimento especial aos advogados que colaboram com o SNESup. Sete magníficos e dedicadíssimos advogados que inúmeras vezes colocam o SNESup e a defesa dos interesses dos seus associados e do Ensino

Superior e Ciência à frente dos seus próprios interesses prejudicando-se muito para além do que a avença que recebem lhes paga. Não tenho pudor em afirmar que são os melhores que existem no Ensino Superior e Ciência. Que são a referência para muitos, de governantes a dirigentes até aos simples associados. Muito do que é hoje o SNESup e do que foi possível alcançar a vós o deve. Muito obrigado.

Um agradecimento sentido aos funcionários do SNESup. Oito pessoas extremamente dedicadas e empenhadas em fazer do SNESup um Sindicato melhor e mais próximo em cada dia. São a verdadeira cara do SNESup apesar de muitas vezes o seu enorme trabalho passar despercebido aos mais simples associados ou mesmo dirigentes sindicais. Como em tudo o que é importante, só se dá por vocês quando deixam de lá estar ou quando não acontece o que todos esperariam. Bem sei que algumas vezes fui duro convosco. Que vos terei criticado em momentos em que deveria ter-vos abraçado. Queiram aceitar as minhas desculpas por esses momentos e por essas atitudes no calor das emoções, em momentos de maior tensão que nos levam a todos a cometer excessos e a errar. Apesar de serem excecionais não se devem contentar com o que sempre fizeram. O SNESup não é um Sindicato qualquer. Os seus sócios são muito exigentes e querem sempre mais e melhor. Não parem. Continuem a ajudar o SNESup a crescer e a melhorar. O que o SNESup é hoje muito deve a todos e cada um de vós, mas o que o SNESup será no futuro não o poderá ser sem vós, sem a vossa sempre pronta disponibilidade para fazer o impossível. É uma responsabilidade grande que carregam. Muito obrigado por tudo o que fizeram pelo SNESup e pelas Direções ao longo destes últimos seis anos! Estou-vos muito grato.

Um grande, grande, abraço aos amigos que tive o privilégio de fazer nas Direções a que pertenci e que levo comigo. Conheci pessoas maravilhosas e que restauraram, a cada dificuldade, a esperança num Ensino Superior e Ciência melhores. Colegas extremamente abnegados, dedicados e muitíssimo generosos colocando frequentemente as necessidades do SNESup à frente da sua própria carreira

e até vida pessoal e familiar. Bem sei o que alguns de vós passaram por se dedicar ao SNESup e darem de mais a este Sindicato. As pessoas que se afastaram de vós, os companheiros que perderam,

***O SNESup não me deve
seja o que for. Eu devo
lhe imenso.***

a carreira que adiaram a troco de uma generosíssima contribuição para o bem comum, para ajudar a melhorar o SNESup, o Ensino Superior e a Ciência, a vida de muitos Colegas que nem sempre terão sabido reconhecer e agradecer o vosso empenho. Bem sei o quanto vos custou o SNESup. E admiro-vos ainda mais porque apesar de tudo, de tantos custos pessoais, familiares, na carreira, de terem até de aturar alguns palermas dentro do próprio SNESup (sim, porque apesar de poucos também existem), apesar de terem gasto demasiada da vossa energia e tempo com futilidades e até com alguns imbecis, nunca viraram as costas ao SNESup, nunca desistiram, e nunca deixaram de sorrir. É um enorme orgulho poder ter feito parte da vossa vida, de Direções onde aprendi muito convosco e onde fiquei certo de que existem pessoas maravilhosas que não trocam a sua dignidade, a sua generosidade e dedicação ao bem comum por uma vida mais fácil, por um prato de lentilhas. Foram vocês que me restauraram a fé nos momentos mais difíceis. Foram vocês que me fizeram acreditar que era fundamental continuar a trabalhar pelo SNESup, por um Ensino Superior e Ciência um pouco melhores, mesmo quando tudo parecia perdido. É uma enorme honra ter-vos conhecido e poder dizer que me permitiram estar ao vosso lado. É por o SNESup contar com dirigentes como vós que hoje é o Sindicato que é, respeitado e de referência. Um Sindicato de pessoas e para pessoas. Muito, mas muito obrigado! E tenho a certeza que a nossa amizade perdurará para além do SNESup.

Uma palavra final e não de menor importância para os meus. A minha família e os meus amigos que muitas vezes ficaram para segundo plano ao longo destes mais de seis anos. Mesmo ausente sei que estiveram sempre aí para o que fosse preciso. Tudo o que fiz foi porque vocês aceitaram ver-me longe

continuando a apoiar-me sempre com um sorriso nos lábios à espera de dar aquele abraço ou aquele beijo na volta do Sindicato. Bem sei que não estive presente em muitos momentos importan-

tes, até quando alguns de vós mais precisaram. Sei que me perdoam. E tenho a certeza que apesar de muitas vezes longe estive sempre convosco. Muitos foram os quilómetros, as reuniões onde vocês me acompanharam e aconchegaram mesmo não estando lá. Levei-vos sempre em cada lágrima à partida. E foram tantas. E tenho a certeza que não estão à espera que vos agradeça mas simplesmente que seja feliz. E agora ser feliz é voltar, finalmente, mais para junto de vós. Um carinho muito especial a vós família e amigos e um beijo muito, muito, grande ao amor da minha vida e minha cara-metade. Amo-te. Vou agora para casa. Até já.

António Vicente,
sócio do SNESup n.º 4161
em 08 de julho de 2016



EMPREGO CIENTÍFICO



A organização estrutural e funcional do atual sistema científico e tecnológico nacional (SCTN) tem como principal pilar o trabalho científico precário. Com o dito “diploma para o estímulo ao emprego científico” Decreto-Lei n.º 57/2016, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 165 — 29 de agosto de 2016 (<https://dre.pt/application/file/75216474>), o senhor ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professor Manuel Heitor, e o governo socialista liderado por Dr. António Costa vêm consolidar e reforçar o pilar da precariedade, garantindo o *status quo* que tanto criticaram quando estavam na oposição.

O SNESup venceu nas três reuniões que teve com o senhor ministro que as propostas defendidas pelo senhor ministro e agora vertidas no atual Decreto-Lei não resolvem nem minimizam o problema da precariedade do emprego científico, agravando-o mesmo em alguns aspetos relevantes. Nas referidas reuniões, o SNESup apresentou também um conjunto de propostas e respetivo impacto financeiro, visando valorizar e dignificar o emprego científico e colmatar, em simultâneo, as necessidades permanentes do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (ver sequência deste artigo). Infelizmente as propostas do SNESup não foram tidas em consideração, pelo que salientamos com profunda tristeza que o Decreto-Lei n.º 57/2016:

- i) Mantém a figura do bolsheiro de investigação para investigadores doutorados;
- ii) Possibilita a contratação a termo resolutivo certo (para organismos da administração pública) ou a termo incerto (para organismos abrangidos pelo direito privado), pelo prazo de três anos, renováveis até um máximo de seis;
- iii) Permite (e incentiva) que as contratações sejam efetuadas com um nível de remuneração muito diversificado (a partir do índice 28) mas sempre inferiores aos índices remuneratórios previstos no estatuto da carreira de investigação científica, e nos termos a definir pela instituição que abre o concurso;
- iv) Não configura o acesso à carreira, nem aos investigadores que vierem a ser contratados pelo presente regime nem àqueles que foram contratados pelos programas anteriores (Ciência2007/2008 e Investigador FCT);
- v) Revoga o Programa Investigador FCT que contrata investigadores (5 anos) com a dignidade prevista pelo Estatuto da Carreira de Investigação;
- vi) Abre a possibilidade dos atuais investigadores com bolsa de Pós-doutoramento da FCT há mais de 3 anos poderem ser contratados através de procedimentos concursais realizados pelas instituições onde desempenham funções. A remuneração será obrigatoriamente pelo índice 28 e os

encargos resultantes da contratação destes doutorados serão suportados pela FCT através de contrato a realizar com as instituições de acolhimento dos bolseiros que vierem a ser contratados.

Em suma, um diploma que contraria os desígnios enunciados repetidas vezes pelo senhor ministro e até o expresso no seu próprio preâmbulo, desenhado para institucionalizar a precariedade no SCTN, desprestigian-do os investigadores e acentuando o desinvestimento em recursos humanos para ciência iniciado pelo anterior governo de direita.

Deixamos, para memória futura, os comentários do SNESup, remetidos à tutela, onde constam comentários de caráter geral sobre a revisão da proposta inicial enviada ao SNESup. Comentários que apontavam para a necessidade de que na especialidade fossem concretizadas as propostas de modificação (a **negrito**) ao articulado do projeto de diploma, justificando-se (em *itálico*) essas propostas.

***Não tenhamos ilusões,
este é o diploma que
revoga o Investigador
FCT.***

I. NA GENERALIDADE

1. A primeira ronda negocial promoveu apenas pequenas alterações no documento original, que não altera o essencial da filosofia e estratégia política do governo para o emprego científico (i.e. para as pessoas que se dedicam em exclusivo à investigação científica). Por outras palavras, o essencial das nossas propostas não foi tido consideração.
2. Assume-se nesta revisão uma lógica de revelação da profissão pelo mínimo, precário e discricionário, assumindo daí um sinal para a sociedade, na forma como trata os mais qualificados e que trabalham em prol da Ciência. Com este documento e pela primeira vez na história de Portugal, há um Decreto-Lei em que o governo define um papel secundário, subalterno

e precário para os investigadores; subentendendo-se daí que o Sistema Científico Tecnológico Nacional (SCTN) só poderá ser liderado por docentes do ensino superior e, em particular, pelos do ensino universitário.

3. Olhemos de frente para o que muitos colegas já dizem em surdina. O decreto-lei “Investigador FCT” mantinha a paridade remuneratória com o Estatuto da Carreira de Investigação Científica (Decreto-Lei n.º 124/99), assegurando para os investigadores contratados (a prazo, 5 anos) a sua independência/autonomia científica. Seria ilusório e pouco correto não sinalizar de forma clara que este Governo foi mais longe na precarização dos investigadores, no constrangimento da autonomia e independência científica, no dano ao prestígio social e na redução e discricionariedade dos índices remuneratórios, que o anterior Governo de direita. A escolha parece ser entre a lógica dos poucos, com algumas condições, e os ainda menos, degradados e flexíveis. Se compararmos os números do Investigador FCT e os previstos para este programa no seu arranque, vemos que nem mesmo a lógica da poda parece estar revertida. Não tenhamos ilusões, este é o diploma que revoga o Investigador FCT. A sua ligação com a conversão de bolsas é desmascarada pelo número que foi recentemente anunciado sobre quantos estariam abrangidos no seu regime transitório (pouco mais que três centenas).

3. A redução do prestígio dos investigadores e da sua independência/autonomia científica surge expressa nos artigos do Decreto-Lei: i) que consagra contratações, com horizonte máximo de 6 anos, através de contratos a termo resolutivo certo e termo incerto (artigo 6º); ii) no nível salarial inferior aos dos docentes universitários; ii) na discriminação com que os investigadores podem ser contratados, cuja categoria e ▶



PHOTO VIA VISUALHUNT

nível salarial está altamente dependente da entidade que os está a contratar, usando uma tipologia de concursos cujas regras não garantem a transparência e a imparcialidade.

4. A redução do prestígio dos investigadores e da sua independência/autonomia científica está também subjacente na base filosófica do documento que suporta o enquadramento do Decreto-Lei como evidenciado pela associação do parágrafo 5º com o parágrafo 8º (cópias no final deste meu documento). No parágrafo 5º afirma-se que, “... mantem a atribuição de bolsas de pós-Doutoramento exclusivamente para formação avançada nos termos do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica”. Portanto, o principal mecanismo que tem promovido e garantindo a precariedade do emprego científico permanece intocável. E o sublinhado/negrito “exclusivamente para formação avançada nos termos do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica” pretende apenas enganar os mais distraídos. De facto, o que torna o atual “Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica” uma modalidade de

contração com exclusividade sem violar a constituição é o seu carácter de formação. No entanto, este estatuto permitiu e continuará a permitir: i) a contratação de Doutoradas por vários tipos de instituições, incluindo (a) públicas (FCT, Universidades, Politécnicos...), (b) privadas sem fins lucrativos (Laboratórios Associados, Fundações como Gulbenkian, Champalimaud e outras) (c) privadas com fins lucrativos no âmbito de projetos e programas financiados por fundos públicos; ii) que os doutores contratados possam ser utilizados para desenvolver atividades de investigação científica, atividades de gestão/contabilidade; atividades técnicas (como os doutorados que são contratados para trabalhar nas redes nacionais de instrumentação avançada (e.g. RMN, espectrometria de massa, microscopia, ...)).

No parágrafo 8º afirma-se “visa-se, assim contribuir para a afirmação de um contexto organizativo versátil e aberto à inovação, capaz de proporcionar a estabilidade institucional e financeira essencial ao bom funcionamento das instituições, assegurando um equilíbrio entre a

5. Em suma, este é o diploma que institui a flexibilização do emprego científico.

transição geracional e a manutenção do capital humano instalado, no quadro das carreiras docentes do ensino superior e de investigação científica ...”

O que significa que o atual diploma deve garantir a contratação de investigadores doutorados em permanente rotação “contexto organizativo versátil” para “proporcionar a estabilidade institucional e financeira essencial ao bom funcionamento das instituições” ou seja doutorados contratados num regime laboral precário e sem uma verdadeira independência/autonomia científica, suscetíveis a todo o tipo de pressões e abusos, para continuar a assegurar a excelência dos CV dos senhores e senhoras instalados no sistema, docentes e investigadores de carreira (os últimos quase em vias de extinção).

Note-se que a alínea c “Respeitar a autonomia científica e técnica do doutorado” do artigo n.º 7 referente aos deveres da instituição contratante, não garante a autonomia/independência científica do investigador doutorado, pois a tipologia destes contratos (com horizonte máximo de 6 anos) serão sempre no âmbito de projetos predefinidos com a obrigatoriedade de um plano de trabalho, e cuja atribuição da liderança será sempre da responsabilidade da instituição contratante. Isto está bem patente no artigo n.º 8 referente aos deveres dos contratados, que logo na alínea a) afirma: “cumprir o objeto fixado no respetivo contrato e respetivas metas”. Portanto, ao contrário dos investigadores contratados ao abrigo dos programas ciência2007/2008 e Investigador FCT e aos atuais docentes do ensino superior,

os investigadores doutorados que vierem a ser contratados pelo presente diploma não têm liberdade de planear a sua atividade de investigação científica. Neste sentido, também não poderão opinar quanto aos caminhos que a instituição deve seguir em termos da investigação científica.

5. Em suma, este é o diploma que institui a flexibilização do emprego científico.

II. NA ESPECIALIDADE

Artigo 2.º Âmbito

Eliminar no n.º 1 a expressão “a termo resolutivo”.

Justificação:

Não nos parece aceitável que os contratos dos doutorados contratados ao abrigo do presente diploma sejam a termo resolutivo. Ainda menos aceitável se atendermos a que este instrumento, como se refere no preâmbulo do diploma, vise combater a precariedade no Sistema Científico e Tecnológico Nacional em cumprimento dos compromissos assumidos no Programa de Governo e no Plano Nacional de Reformas.

Artigo 5.º Critérios de seleção

Eliminar na alínea b) do n.º 2 a expressão “designadamente no caso de recrutamento por instituições de ensino politécnico”.

Justificação:

2.b) Não entendemos a necessidade de discriminar as instituições de ensino politécnico nos critérios de seleção. Entendemos que os critérios definidos deverão ser claros e transversais privilegiando a qualidade e mérito do trabalho realizado pelos doutorados e não a natureza das instituições em que em que estes terão colaborado. »



Artigo 6.º Modalidades de contratação

“1 – [...]

a) Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, no caso de contratos a celebrar por entidades sujeitas ao regime de direito público **incluindo as de natureza fundacional a que se refere o artigo 129.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.**

b) Contrato de trabalho a termo **certo**, nos termos do Código do Trabalho, no caso de contratos a celebrar por entidades abrangidas **exclusivamente** pelo regime de direito privado.

2 – Os contratos a que **alude o número anterior** são celebrados pelo prazo de três anos, automaticamente renováveis por períodos de um ano até à duração máxima de **seis anos sempre que a avaliação do trabalho desenvolvida pelo doutorado seja positiva.**

3 – (eliminar de acordo com a proposta que apresentamos em 1)

4 – (eliminar de acordo com a proposta que apresentamos em 1 e 2)

5 – (eliminar de acordo com a proposta que apresentamos em 2)

3 – (novo) Sempre que os doutorados completem cinco anos no exercício de funções em instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) mediante contrato a termo resolutivo certo, são contratados por tempo indeterminado caso se trate de uma entidade abrangida pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ou na modalidade de contrato de trabalho sem termo caso se trate de uma entidade abrangida pelo Código do Trabalho.

4 – (novo) O tempo de vigência dos contratos de trabalho celebrados ao abrigo do presente diploma é contabilizado para o preenchimento do período experimental exigido para a contratação por tempo

indeterminado com vista ao exercício de funções de Investigador, ou docente em qualquer entidade do sector público.”

5 – [...]

Justificação:

1. a) Importa salvaguardar que as instituições de ensino superior em regime fundacional contratem doutorados exclusivamente ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas evitando assim a coexistência de doutorados na mesma instituição e que desempenhem as mesmas funções mas contratados ao abrigo de diferentes regimes.

1. b) Não nos parece aceitável a contratação de doutorados a termo incerto para realizar atividades de investigação.

Por um lado, de acordo com o artigo 140.º do Código do Trabalho (CT), o contrato de trabalho a termo só pode ser celebrado para satisfação de necessidade temporária da empresa e pelo período estritamente necessário à satisfação dessa necessidade. Por outro lado, o mesmo artigo 140.º do CT define no seu n.º 3 as situações em que pode ser celebrado contrato a termo incerto. Sendo as atividades de investigação claramente tipificadas as mesmas não têm enquadramento nas situações que podem determinar a celebração de contrato a termo incerto.

Ora apesar de as atividades de investigação não terem natureza temporária (veja-se o citado no preâmbulo do diploma em causa sobre a necessidade de continuidade deste tipo de atividades e profissionais de elevada qualificação e formação), não podemos ignorar o disposto no n.º 4 do citado artigo 140.º do CT que refere na sua alínea b) ser aceitável a contratação a termo “...de trabalhador à procura de primeiro emprego, em situação de desemprego de longa duração ou noutra prevista em legislação especial de política de emprego.”

Neste sentido, e apesar de o vínculo destes profissionais altamente qualificados (detentores

**Não nos parece
aceitável a
contratação de
doutorados a termo
incerto para realizar
atividades de
investigação.**

do grau de doutor) para o desenvolvimento de atividades de investigação implicar, em nosso entender, a necessária estabilidade que apenas um contrato sem termo permite (cfr. artigo 147.º do CT), não enjeitamos a possibilidade de um primeiro passo no sentido de combater a precariedade no Sistema Científico e Tecnológico Nacional se concretizar na celebração de contratos de trabalho a termo certo com doutorados para a realização de atividades de investigação, mas nunca a termo incerto.

Julgamos ainda de explicitar que as contratações ao abrigo do Código do Trabalho sejam apenas realizadas por entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional que estejam exclusivamente abrangidas pelo regime de direito privado.

2. Independentemente do regime de contratação (em funções públicas ou de direito privado), entendemos que a duração do contrato, o vínculo e renovações deverá ser exatamente o mesmo por não se compreender diferenças desta natureza atendendo ao espírito e princípios do projeto de diploma em apreço. Por outro lado, importa definir como se processará a renovação dos contratos pelo que propomos que o mesmo seja automaticamente renovado sempre que a avaliação do trabalho desenvolvido pelo doutorado seja positiva.

3. e 4. Julgamos essencial garantir condições mínimas para o desenvolvimento de um trabalho sustentado e de qualidade, pelo que propomos que seja garantida a estabilidade contratual do doutorado através de um contrato por tempo indeterminado (no caso das entidades abrangidas pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) ou contrato sem termo (no caso das entidades exclusivamente abrangidas pelo Código do Trabalho). Refira-se que aqui não fará sentido a existência de um período experimental uma vez que o doutorado tem vindo a desenvolver o seu trabalho na instituição em causa e tem sido avaliado positivamente no seu desempenho, condição exigida para a renovação do seu contrato. Sem uma garantia de futuro além do contrato anual que poderá ser renovado até seis anos será impossível garantir a permanência de todos os doutorados que mostrem elevada competência e qualidade. Por outro lado, é também importante prever mecanismos de

incentivo para que as entidades possam de facto contratar doutorados e assim o Governo dar um sinal claro de combate à precariedade no Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Artigo 7.º

Deveres da instituição contratante

g) (novo) Cumprir os demais deveres decorrentes da legislação e regulamentos aplicáveis, bem como do contrato.”

Justificação:

g) Proposta igual à prevista no artigo seguinte (8.º) para os contratados e que, por uma questão de equidade e coerência, se deve aplicar também às entidades contratantes.

Artigo 9.º

Recrutamento

“O recrutamento de doutorados, ao abrigo do presente decreto-lei, por instituições públicas, **independentemente da sua natureza**, é efetuado mediante procedimento concursal de seleção internacional aberto ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.”

Justificação:

Tal como apresentámos no artigo 6.º, importa salvaguardar que as instituições de ensino superior em regime fundacional contratem doutorados exclusivamente ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas evitando assim a coexistência de doutorados na mesma instituição e que desempenhem as mesmas funções mas contratados ao abrigo de diferentes regimes.

Artigo 14.º

Níveis remuneratórios

Alterar na alínea a) do n.º 1 a expressão “...a remunerar entre o nível 28 e o nível 53 da Tabela Única de Remuneração (TRU);” pela expressão “...a remunerar **de acordo com o nível 54** da Tabela Única de Remuneração (TRU);” ▶



Alterar na alínea b) do n.º 1 a expressão “...a remunerar entre o nível 37 e o nível 53 da TRU;” pela expressão “...a remunerar **de acordo com o nível 70** da TRU;”

Alterar na alínea c) do n.º 1 a expressão “...a remunerar entre o nível 54 e o nível 61 da TRU;” pela expressão “...a remunerar **de acordo com o nível 82** da TRU;”

Alterar na alínea d) do n.º 1 a expressão “...a remunerar entre o nível 61 e o nível 82 da TRU;” pela expressão “...a remunerar **de acordo com o nível 97** da TRU;”

Justificação:

1. Entendemos de considerar os níveis remuneratórios equivalentes aos definidos para a Carreira de Investigação Científica.

Artigo 15.º

Regime de exercício de funções

Eliminar no n.º 2 a expressão “ou do contrato de trabalho, ao abrigo do Código do Trabalho”.

Justificação:

Uma vez que este artigo se enquadra no âmbito do “Recrutamento por Instituições Públicas” (Capítulo III), deve aplicar-se exclusivamente o disposto sobre esta matéria no âmbito da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

CAPÍTULO IV

Contratação por instituições de ensino superior públicas em regime fundacional

Artigo 18.º

Regime de contratação por instituições de ensino superior públicas em regime fundacional

Eliminar este Capítulo (Artigo 18.º).

Justificação:

Tal como defendemos anteriormente importa salvaguardar que as instituições de ensino superior em regime fundacional contratam doutorados exclusivamente ao abrigo da Lei Geral

do Trabalho em Funções Públicas evitando assim a coexistência de doutorados na mesma instituição e que desempenhem as mesmas funções mas contratados ao abrigo de diferentes regimes. Por outro lado, ainda que assim não se entendesse, e sendo a única alteração o regime contratual dos investigadores, não faria qualquer sentido a manutenção deste Capítulo apenas para reforçar o disposto em proposta anterior do diploma em apreço. Deve assim este capítulo ser eliminado bem como a possibilidade de instituições de ensino superior em regime fundacional contratarem doutorados ao abrigo do Código do Trabalho no âmbito específico de aplicação deste diploma.

CAPÍTULO V

Contratação por entidades privadas

Artigo 19.º

Regime de contratação por entidades privadas

“2 – A contratação a que se refere o número anterior realiza-se através de contrato de trabalho a termo **certo**, nos termos do Código do Trabalho.”

Justificação:

2. Proposta em coerência com o apresentado para o artigo 6.º (em especial alínea b) do n.º 1) do projeto de diploma em apreço. Pelos motivos apresentados, além de ilegal será inaceitável a contratação de doutorados a termo incerto para realizar atividades de investigação ao abrigo do disposto no projeto de diploma em apreço.

Por outro lado, e salvo o devido respeito, o apresentado no Capítulo em causa e artigo 19.º não nos parece relevante uma vez que se limita a repetir o disposto anteriormente sobre esta matéria. Entendemos assim que pode este capítulo ser eliminado.

Artigo 23.º

Norma transitória

Aditar um novo número dois com a seguinte redação:



VISUAL HUNT

“2 (novo) – Sem prejuízo de aplicação dos n.ºs 3 (novo) do artigo 6.º do presente decreto-lei, deverão igualmente realizar procedimentos concursais para a contratação de doutorados até ao final do ano de 2016, ao abrigo do presente decreto-lei, as instituições que contem há mais de 3 anos, seguidos ou interpolados à data da entrada em vigor do presente decreto-lei, com a colaboração de investigadores que desempenhem funções em instituições públicas ou estejam a ser financiados por fundos públicos há mais de três anos.”

Alterar o atual n.º 2 para a seguinte redação:
“2 (novo 3) – Os procedimentos concursais são realizados pelas instituições em que os bolsheiros ou investigadores desempenham funções.”

Alterar o atual n.º 3 para a redação:

“3 (novo 4) – A remuneração a atribuir no âmbito das contratações previstas no presente artigo é a correspondente ao nível 54 da TRU.

Alterar o atual n.º 4 para a seguinte redação:
“4 (novo 5) – Os encargos resultantes das contratações de doutorados, ao abrigo do presente artigo, para o desempenho de funções que

estivessem a ser exercidas por bolsheiros ou investigadores financiados diretamente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. são suportados por esta através de contrato a realizar com a instituição de acolhimento do bolsheiro ou investigador, a qual passará a instituição contratante ao abrigo do presente decreto-lei.”

Justificação:

2. (novo) À semelhança do apresentado para os bolsheiros no n.º 1, e que merece a nossa concordância, julgamos de prever o mesmo mecanismo para os diversos investigadores que desempenhem funções em instituições públicas ou estejam a ser financiados por fundos públicos há mais de três anos (independentemente do tipo de contrato ou programa que os tenha abrangido). Tal medida será essencial no combate à precariedade no Sistema Científico e Tecnológico Nacional permitindo a integração de doutorados que se encontram a trabalhar nas instituições e aos quais convirá assegurar a necessária estabilidade contratual.

2 (novo 3) e 4 (novo 5). Propostas em coerência com o apresentado para n.º 2.

3 (novo 4) proposta apresentada em coerência com o proposto por nós para o n.º 1 do artº 14º •



TEXTOS DAS INTERVENÇÕES- NO ENCONTRO - CARREIRA ACADÉMICA 15 DE JUNHO, FC-UL

UM ESTATUTO PARA RECOMPENSAR OU PARA INCENTIVAR?

Os atuais estatutos das carreiras docentes do ensino superior politécnico e do ensino universitário organizam-se em torno de duas ideias - estrutura de carreira piramidal, hierarquizada e irreversível e progressão pelo reconhecimento profissional - que estão, também elas, na base dos principais problemas desta carreira: reduzida expectativa de progressão para a maioria dos docentes, atendendo a que os lugares de topo são poucos e já estão preenchidos; desinvestimento na produção científica por parte de muitos dos que chegam ao topo, uma vez que a permanência nessas categorias já não depende do desempenho profissional; e, por consequência das anteriores, pouca mobilidade de docentes entre instituições.

Estes problemas poderão ser ultrapassados se assumirmos que a carreira se pode

organizar de forma a incentivar o mérito, em vez de se limitar a reconhecê-lo no desempenho profissional do passado.

O ponto central desta proposta é a defesa do princípio de que a carreira do ensino superior deve ser horizontal e ter uma única categoria-base - a que todos os professores pertencem - e que o desempenho das funções de coordenação científica e pedagógica a que correspondem as atuais categorias de professor coordenador, coordenador principal ou de associado e catedrático deve ser feito em regime de comissão de serviço, com duração limitada, a que se acede por concurso público nacional ou internacional. No fim de cada comissão de serviço, o professor que desempenhou um cargo de coordenação deve regressar à sua categoria-base ou candidatar-se a uma nova comissão de serviço, na instituição de origem ou noutra.



RUI ANTUNES

PROFESSOR
COORDENADOR
INSTITUTO
POLITÉCNICO DE
COIMBRA



KAWANET VIA VISUAL HUNT

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

O modelo de carreira proposto caracteriza-se por:

a) Progressão horizontal numa única categoria base com vários escalões remuneratórios;

b) A progressão para os vários escalões deveria ser feita com base na avaliação do desempenho na atividade letiva, de investigação e/ou prestação de serviços à comunidade;

c) Exercício das funções de coordenação científica e pedagógica seria sempre em comissão de serviço com duração limitada e com base no mérito curricular reconhecido através de concursos públicos periódicos;

d) Avaliação da qualidade no desempenho profissional dos docentes nas funções de coordenação;

e) retorno, pós comissão de serviço, à categoria-base da carreira, podendo haver progressão salarial em função da avaliação do desempenho na comissão de serviço;

f) mobilidade interinstitucional de docentes através do recurso à figura de comissão de serviço no exercício das funções de coordenação científica;

g) generalização das possibilidades de acesso de todos os docentes aos lugares de coordenação, decorrente da colocação cíclica desses lugares em concurso público.

O mérito no desempenho profissional dos docentes seria recompensado com um esquema de progressão horizontal, em escalões remuneratórios da categoria-base, assente na avaliação do desempenho, quer nas funções docentes ligadas à prática pedagógica, produção científica e prestação de serviços à comunidade, quer no desempenho das funções de coordenação e gestão.

A avaliação do desempenho dos docentes nas funções de coordenação realizadas em comissão de serviço seria feita com base no cumprimento dos objetivos definidos para essa comissão de serviço quando da abertura dos respetivos concursos. No fim de cada comissão de serviço o professor seria avaliado em função dos objetivos atingidos e/ou superados.

Caso este modelo de carreira viesse a ser consagrado, os atuais detentores das categorias de professor coordenador, coordenador principal, associado ou catedrático manter-se-iam nas respetivas categorias pelo período de uma comissão de serviço, após a qual seriam integrados na categoria base com o escalão remuneratório igual ao que possuem.

NOTA:

Este texto é uma versão reformulada de um outro, com o mesmo título, publicado no Jornal "O Público" (edição de 4/12/2008). ▶



CARREIRA DOCENTE UNIVERSITÁRIA: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ECDU A SUBMETTER SUPERIORMENTE AO MCTES

1 - A carreira docente universitária (CDU) enferma de um problema de fundo, que se tem repercutido nos últimos anos de forma evidente e frequentemente aguda em muitas universidades: a progressão e os respectivos concursos. Presentemente, como é sabido, apenas se pode progredir através de concurso público, externo, aberto nacional e internacionalmente. O processo concursal externo faz sentido para uma posição de entrada na carreira docente, mas não para as categorias seguintes. São bem conhecidas as numerosas situações de irregularidade, quando não mesmo ilegalidade, com que se deparam os “concursos”, começando na elaboração do edital, e da disciplina ou área disciplinar que é seleccionada. Acresce que no âmbito do ECDU (2009) as universidades são obrigadas a respeitar a percentagem de docentes, 50% , de Professores Associados e Catedráticos, no seu corpo docente. Na situação actual, é justo dizer que a carreira se encontra bloqueada.

2 - Sugere-se à tutela (MCTES) que seja estudada a possibilidade de poder separar os concursos do processo de progressão. Este é o princípio central desta proposta. Enquanto que os concursos seriam, no essencial, para admissão na carreira docente (categoria de Professor Auxiliar), a progressão, conjugando (a) o processo de avaliação interna das universidades, e (b) júris maioritariamente externos (p.ex.: 5 elementos, sendo 2 internos da universidade e 3 externos) e com inclusão obrigatória de elementos internacionais de reconhecido mérito, teria como objectivo possibilitar a progressão para Associado e Catedrático aos docentes que reunissem: (a) as condições consideradas mínimas para cada caso; e (b) se sujeitassem a uma avaliação pelo referido júri. O processo terá de ser transparente e respeitando o princípio do mérito e da excelência para cada categoria.

3 - Vantagens: Do ponto de vista dos docentes da instituição: a sua promoção não fica dependente das carreiras dos outros docentes da mesma instituição; diminui a conflitualidade e a possibilidade de favorecimentos; o momento de requerer provas passará a depender especificamente do docente;

Do ponto de vista das instituições (Universidades; CRUP): as verbas necessárias para as promoções são da ordem de poucos milhares de euros por ano e por docente (10 a 20 vezes menores que a contratação de um novo docente), pelo que os constrangimentos orçamentais para as promoções serão sempre muito mais ligeiros do que para as novas contratações; a diminuição da conflitualidade ligada aos concursos (incluindo a diminuição provável dos processos em contencioso) ajudará a melhorar o ambiente académico; cada instituição pode previamente prever, em cada ano, quanto dispõe nos orçamentos para promoções, e quanto para contratações o que clarifica e simplifica o planeamento da instituição;

Do ponto de vista do MCTES: o desbloquear controlado (escalonado) das promoções nas carreiras, que de outra forma serão um problema nos próximos anos, depois dos descongelamentos dos últimos anos; a diminuição da conflitualidade ligada aos concursos (incluindo a diminuição provável dos processos em contencioso) ajudará a melhorar o ambiente académico; o rejuvenescimento do corpo docente e investigador do ensino superior – que o MCTES vem referindo como prioritário – será obtido apenas pelos concursos, e será mais fácil de clarificar, mesmo em termos orçamentais, os custos necessários para cada uma das instituições; a prazo, como todos os concursos serão obviamente preenchidos por docentes vindos de fora, a endogamia diminui.



**MANUEL GALVÃO
DE MELO E MOTA**

DEPARTAMENTO
DE BIOLOGIA
UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



OITO MEDIDAS PARA DAR NORMALIDADE AO EMPREGO CIENTÍFICO EM PORTUGAL

O big-bang da ciência em Portugal aconteceu há trinta anos com José Mariano Gago. Desde então vivemos um crescimento rápido que apesar de um período recente menos esclarecido poderá prosseguir no bom sentido. Os processos de evolução acelerado geram com frequência problemas que depois é necessário corrigir. No caso que nos interessa o mais evidente é o disfuncionamento do emprego científico, talvez o maior desafio para a ciência em Portugal hoje.

Muito foi escrito sobre o assunto. O diagnóstico é claro: carreiras bloqueadas, idade média de professores universitários em muitas Universidades acima de cinquenta anos, empregos precários após mais de uma dezena de anos de actividade científica, ausência de protecção social de uma grande fracção dos cientistas. É menos evidente qual deva ser o remédio. Proponho oito medidas para dar normalidade ao emprego científico em Portugal baseando-me em princípios seguidos por outros países desde há muito. A adopção destes princípios é essencialmente independente dos recursos disponíveis, que não discuto aqui. Boa ciência não se consegue apenas com mais recursos.

1) UMA CARREIRA ÚNICA: PROFESSOR-INVESTIGADOR.

Sem mais justificação que o exemplo de múltiplos países, defendo que as actividades de ensino e de investigação devem ser desenvolvidas num quadro comum. Consequentemente proponho a adopção de uma carreira única de professor-investigador. Após uma fase de transição mais ou menos longa, as carreiras actuais de docente e de investigação serão substituídas por uma carreira única. Por comodidade designo o profissional desta nova carreira por professor.

2) PLANIFICAÇÃO A LONGO PRAZO DOS LUGARES DE PROFESSOR.

O sistema científico nacional deve manter em todas as instituições e áreas científicas um certo número de posições de carreira disponíveis regularmente, condição “sine qua non” de atracção de jovens qualificados, de renovação e de planeamento científico sólido. Esta é porventura a medida mais necessária para dar normalidade à ciência nacional mas



JOÃO VARELA¹
PROFESSOR NO IST
INVESTIGADOR
NO LIP E NO CERN



¹ Joao Varela integrou a direcção do LIP presidida por José Mariano Gago quando Portugal aderiu ao CERN em 1986. Actualmente coordena a participação portuguesa na colaboração internacional CMS no Large Hadron Collider. Em 2012-13 foi deputy spokesperson de toda a colaboração CMS.



a de mais difícil implementação pois exige um compromisso de longo termo da sociedade portuguesa com a ciência. A planificação a longo prazo dos lugares de professor nas instituições permitirá tender para uma distribuição de idades razoável e estável corrigindo situações de enorme desequilíbrio. O número de posições e a sua distribuição entre instituições e áreas são naturalmente determinados pelas políticas de ciência e de ensino as quais merecem certamente discussão. Por ora apenas insisto sobre a absoluta necessidade de estabilidade e previsibilidade do sistema.

3) FLEXIBILIDADE NA FRACÇÃO DE TEMPO DEDICADA A ENSINO E A INVESTIGAÇÃO.

A partilha de tempo entre a investigação e o ensino deve ser a norma. O professor é responsável por leccionar as horas de aula consideradas apropriadas pela Universidade bem como por tarefas de gestão universitária. Na outra vertente o professor participa em projectos de investigação. Mas o sistema vigente é demasiado rígido. Parece-me fundamental introduzir opções que o flexibilizem e adequem às necessidades reais do ensino e dos projectos de investigação.

4) ADMISSÃO NA CARREIRA DE PROFESSOR AOS 30-35 ANOS

Apenas uma fracção dos jovens investigadores que completam o doutoramento segue a carreira de professor. O maioria transita para a indústria ou outras actividades. Esta transição deve ser feita relativamente cedo. A exemplo de outros países, a idade típica de entrada na carreira de professor deve ser 30-35 anos. O processo de preparação para a carreira é longo seguindo um percurso que

O sistema actual de progressão na carreira universitária é obsoleto. Não há correspondência entre as categorias e as tarefas realmente desempenhas.

obriga à obtenção de diferentes graus académicos. A selecção deve ser feita por concurso segundo o modelo próximo do actual mas substancialmente melhorado. Os júris são formados por membros da universidade ou laboratório relevantes mas têm obrigatoriamente membros exteriores. O júri pode e deve entrevistar os candidatos. A selecção deve também refletir o processo de “avaliação contínua” durante o dou-

toramento e pós-doutoramento. Os candidatos seleccionados corresponderão ao maior consenso possível entre os “pares” numa dada instituição ou área de investigação. A justeza dos procedimentos adoptados é crítica para a qualidade futura do sistema científico e universitário. Também aqui há bastante a melhorar.

5) PROGRESSÃO NA CARREIRA SEGUNDO CRITÉRIOS DE DESEMPENHO CIENTÍFICO E ACADÉMICO.

O sistema actual de progressão na carreira universitária é obsoleto. Não há correspondência entre as categorias e as tarefas realmente desempenhas. O bloqueamento da progressão na carreira verificado nas nossas melhores universidades nas últimas décadas é extremamente desmotivante e gerador de enormes ineficiências. O sistema de concursos dentro de um mesmo grupo (departamento ou universidade) origina conflitos insanáveis ortogonais ao espírito de colaboração científica exigido pela ciência moderna. A exemplo de outros países a progressão na carreira pode guiar-se por critérios pré-definidos de desempenho científico e académico. As promoções são aprovadas por um júri após análise documental e entrevista com o candidato à promoção. As três categorias existentes devem ser mantidas. Correspondem a três patamares de progressão

profissional motivadores de desempenho individual. A fracção de professores associados e catedráticos deve corresponder a pelo menos 50% do total. Não meramente para respeitar a norma comunitária xxx mas por que esta faz todo o sentido. Se não há recursos para tal que se façam promoções sem aumentos salariais imediatos, incrementado os salários segundo um plano progressivo. No limite seria melhor do que temos hoje! Mas caramba, as verbas envolvidas para resolver este cancro e devolver normalidade ao ensino superior são pequenas. O país não pode sistematicamente invocar a falta de recursos em áreas críticas como é o ensino superior sob pena de comprometer o seu futuro.

6) BOLSAS COM REGALIAS SOCIAIS EQUIVALENTES A CONTRATOS DE TRABALHO.

Não há nenhuma razão válida que justifique a situação laboral dos bolseiros. Que outros trabalhadores na sociedade Portuguesa não têm subsídios de Natal e de férias, não têm direito a subsídio de desemprego, e não estão integrados no sistema de reforma? Desconheço. Não é possível aceitar por mais tempo esta situação. Os bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento realizam trabalho científico e devem portanto ter regalias sociais equivalentes aos outros trabalhadores. Uma bolsa deve ser entendida como um contrato de trabalho temporário no âmbito de projectos de investigação com duração determinada. Podem introduzir-se algumas nuances reconhecendo por exemplo que o doutoramento é também um período de formação avançada. Por outro lado é legítimo exigir dos bolseiros de pós-doutoramento trabalho auxiliar de ensino universitário.

7) INTEGRAÇÃO PROGRESSIVA DE UMA FRACÇÃO DOS INVESTIGADORES CIÊNCIA E FCT NA CARREIRA

A criação de lugares temporários de Investigador terá salvo a ciência em Portugal. Mas é óbvio que foi uma medida de emergência

permitida num certo contexto político mas incapaz de assegurar a estabilidade necessária a longo prazo. Hoje temos em Portugal talvez mais de um milhar de investigadores com idade acima de 40 anos em situações precárias mas com enormes responsabilidades nos programas científicos actuais. Formam em larga medida a ossatura da ciência nacional. Um processo de integração progressivo de uma larga fracção destes investigadores na carreira deve ser cuidadosamente planeado e conduzido de forma a evitar a ruptura do sistema científico nacional.

8) FINANCIAMENTO TRANSPARENTE DO ENSINO E INVESTIGAÇÃO

É desejável que o financiamento público dos recursos humanos no ensino e na investigação apresente estas duas vertentes de forma transparente. As necessidades de investigação podem e devem ser quantificadas da mesma forma que as necessidades docentes o são. Embora as duas estejam correlacionadas parece-nos necessário que sejam definidas e financiadas separadamente.

(Este artigo foi escrito violando assumidamente o acordo ortográfico)

•

Os seus pontos de vista sobre o Ensino Superior e a Investigação Científica interessam-nos e interessam à comunidade académica.

...

Publique as suas reflexões nesta revista.



O QUE É UMA CARREIRA?

Solicitamos a docentes e pesquisadores do ensino superior que nos falassem das suas carreiras.

Dar um rosto a carreiras desenvolvidas no ensino superior é relevante, desde logo, porque as humaniza, porque as retira das meras trajetórias individuais e as liga adesafios das nossas instituições e da nossa sociedade.

Publicamos quatro testemunhos pessoais. Todos eles com 20 ou mais anos de carreira. Dois de instituições universitárias e dois de instituições politécnicas. Na sua diversidade, são espelhos de exemplos de realização e satisfação pessoal, mas também de angústias e de lamentos.

Porque uma carreira é mais que um emprego e mais que aquilo que identifica o nosso trabalho.



FILOMENA GOMES

ESCOLA SUPERIOR
AGRÁRIA DE COIMBRA
PROF. ADJUNTO

#1

Sou licenciada em Silvicultura (ISA/1982), com MSc e PhD em Biologia Vegetal (FCTUC/2000 e 2011). A minha carreira no Ensino Superior foi iniciada na ESACB (1982-85) nas áreas de Mesologia e Pedologia e posteriormente retomada na ESAC (desde 1995) no Departamento Florestal, associada aos cursos na área florestal e de biotecnologia. No período de 1985-95 trabalhei no Gabinete de Investigação Aplicada na Portucel em melhoramento florestal. Não me é possível dar um testemunho da minha experiência no ensino superior sem referir o percurso profissional e a sua relevância para a nossa função no Ensino Superior, nomeadamente o contributo para a: 1) formação, conhecimento e ensino; 2) investigação e 3) colaboração e prestação de serviços à comunidade.

Não poderei deixar de referir que cheguei ao ensino em tempos com maior disponibilidade financeira. Assim, em Castelo Branco tive a sorte

de: 1) estar numa área de conhecimento básica (mesologia e solos) para a nossa intervenção na floresta ou agricultura; 2) ter realizado formação no campo, com o Eng.º Marado, um dos responsáveis pela elaboração da carta de solos nacional; e 3) ter tido formação nos laboratórios de solos na UTAD e ISA. Esta experiência permitiu-me consolidar conhecimento e passar a gostar enormemente do solo e das suas interações. Este aspeto é fundamental e permite-nos transmitir o conhecimento aos alunos de uma forma mais viva, interativa e com muito gozo.

Da mesma forma, na Portucel (em melhoramento florestal) tive a oportunidade de fazer formações no exterior (em França) nas áreas de propagação e micropropagação, participar em Congressos Internacionais, o que foi fundamental para: 1) a formação e conhecimento, 2) a capacidade de transmitir o conhecimento de uma forma mais fácil, viva e prática e 3) compreender a importância e sentir a necessidade de realizar uma investigação aplicada ao setor produtivo. Na ESAC, o mestrado e o doutoramento, a participação em projetos de investigação e outros (Congressos) permitiram-me novamente ganhar formação, conhecimento e novas armas para o que considero fundamental: 1) saber transmitir a informação aos alunos; 2) saber transmitir o gozo do conhecimento e da sua interação; 3) participar em projetos de investigação em colaboração com empresas formadas pelos nossos alunos finalistas (ajudar a crescer e crescer juntos); 4) apoiar a comunidade (através da ligação às empresas, produtores individuais e suas associações); e 5) divulgar a nossa atividade e criar novas parcerias.

Neste momento o que me parece preocupante, além das restrições financeiras e menos alunos, é a perspetiva de alguns alunos mais jovens, pior preparados (o que em geral nos obriga a descer o nível de ensino), terem como objetivo passar à disciplina e não o aprender. Este é um dos desafios a vencer!



**GILBERTA PAVÃO
NUNES ROCHA**

PROFESSORA
CATEDRÁTICA DA
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

#2 A FINALIZAR UM PERCURSO NO ENSINO SUPERIOR

Na carreira académica, como em outras aspetos da vida, pertenço a uma geração que, com imensa alegria, sentiu a mudança da sociedade portuguesa. É neste contexto que a 9 de Janeiro de 1976 é criado o Instituto Universitário dos Açores. Integro-o em Fevereiro de 1977. Muito haveria para dizer desses tempos, dos primórdios desta Instituição. Relembro aqui apenas o percurso iniciado em 1982, do tempo pleno e compensador para: preparar a lecionação e atender os estudantes, de que guardo boa memória; fazer investigação em franco e frutuoso convívio com colegas de várias áreas científicas, a quem muito devo; realizar tarefas árduas, mas gratificantes, nos cargos de gestão académica, com reconhecimento dos superiores. Um prazer bem completo no exercício diversificado da atividade académica que hoje, ao aproximar-se a hora da despedida, vejo dificultado pelo espírito burocrático que nos rege, pela métrica devoradora da liberdade e da criatividade. Tive sorte no tempo que me coube viver por inteiro a Universidade. ►



MÁRIO ALVES

PROFESSOR/
INVESTIGADOR
ISEP-IPP/CISTER

#3

É-me difícil acreditar que já passaram 20 anos, tempo que se esvai como areia entre os dedos do meu passado. Obrigado aos meus principais mentores e conselheiros, por me ensinarem os primeiros passos da pedagogia, em discurso directo. Longe e perto me protegem, guiam, orientam, como no passado, agora em espírito, sem palavras faladas, sem expressões olhadas.

“Carreira” ergo “caminho”; faz-se andando, passo a passo; olhando para trás vê-se o percurso que nos define como professores, mentores, amigos, pessoas.

Carreira foram os alunos que connosco aprenderam, que nos ensinaram, que orientámos e que nos orientaram, cada um na sua forma, com a sua vida, no seu momento. Fazendo as contas a todos os que nos passaram pelas mãos... não, não é possível somar ou multiplicar os nossos alunos como se fossem meramente números.

Carreira é preservar sempre alguma da nossa natureza selvagem, amar e defender ideais, todos os dias, gozando os sucessos e superando os fracassos. É não nos deixarmos domar, delimitar, parametrizar por um sistema que nem sempre é justo e motivador. É perseverar eterna e teimosamente por melhor ensino e escola, melhores formados e pessoas, melhor sociedade.

A liberdade académica, científica, lato sensu de pensamento e expressão, tem de ser o ensino superior, os seus professores, os seus alunos, os seus investigadores. Vivam os orçamentos, os rankings e as métricas, desde que não estupifiquem nem escravizem os seus agentes.



**JOSÉ MANUEL
VELHINHO**

PROF. AUXILIAR
FACULDADE DE
CIÊNCIAS
UNIVERSIDADE DA
BEIRA INTERIOR

#4

Sou professor numa universidade pública periférica. Tenho 50 anos e 20 de carreira: boa altura para uma breve reflexão, pessoalíssima.

A carreira académica permite grande autonomia. Pagam-nos para saber, para produzir mais conhecimento e para ajudar os estudantes na sua formação. Esta última vertente é a mais difícil. Para além de trabalho e empenho, o sucesso na relação com os estudantes depende de talento natural e de alguma dose de sorte.

A carreira favorece também o contacto com pessoas de todo o mundo. Tenho tido oportunidade de colaborar com investigadores notáveis, uns bem estabelecidos outros em início de carreira. O contacto com jovens estudantes e investigadores é não apenas parte do nosso trabalho, mas fundamental para o nosso equilíbrio.

Manter uma atividade de investigação regular e publicar, numa universidade pequena, não é fácil, com os problemas típicos de comunidades pequenas e locais, agravados pela já de si reduzida dimensão da comunidade científica nacional e pela falta de mobilidade de investigadores e docentes. Mas não é impossível. Tal como não é impossível modernizar e fazer evoluir as nossas universidades, mesmo as mais periféricas e fechadas. Com rigor, empenho e vontade de participar.

RELATOS DO BULE OU JACARANDÁS NO INFERNO

CAPÍTULO XX – DA DOCÊNCIA E SUAS SAÍDAS (I)

Há, nessa concha caprichosa que é a casa de Guilherme, uma divisão larga e espaçosa que sacrifica ao gosto minimalista.

Continua a haver aí uma vidraça enorme sobre o mar, de alto a baixo. O teto alto também. As paredes, porém, nuas, de um branco quase disfarçando-se, e um soalho de longas tábuas sólidas de madeiras do País Basco, brilhantes e fortes. No meio de toda aquela imensidão de espaço, apenas dois sofás. Sim, sofás e não poltronas, de estilo simples e linear, cujo principal conforto consiste na nudez e em endireitarem as costas do paciente.

É ali que Guilherme medita em momentos mais depressivos. Sem sequer uma música de fundo, se descontarmos o eterno marulhar do Oceano.

É ali também que Guilherme faz questão de levar alguns amigos em ocasião de assuntos mais graves, desses em que há toda a conveniência em um intelectual não tropeçar nas suas estantes. O despojamento total de adiposidades culturais é vital. Totalmente o contrário desses snobismos que, não apenas não vivem sem livralhada (e afins informáticos), como, pior ainda, têm os seus ídolos de estimação, com petulante ignorância e consequente rejeição feroz de todos os demais. E como isso cresceu, com a ascensão dos novos-ricos do saber institucional...

E finalmente é ali também que Guilherme

acaba por conviver com aquelas personalidades que, por algum motivo, lhe são mais antipáticas ou mais simpáticas. Expliquemo-nos: aos adversos, procura ele afugentar com um cenário desolado; aos amigos, deseja colher só para si, absorver, sem que se percam no bricabraque de um refúgio que sabe excessivamente barroco.

Hoje Guilherme foi à sala branca, como lhe chama. Também lhe poderia chamar sala vazia, mas toda uma tradição o obrigava a seguir uma designação cromática. Entrou meia hora antes do seu convidado. Rodopiou no espaço vazio, sentou-se virado para o mar, fechou os olhos. Observei tudo pela fechadura, como bule curioso e vigilante que sou. A porta abriu-se agora; escondi-me, lesto.

Diana entrou no aposento depurado, dir-se-ia mais solar que nunca. Era morena, melhor, não era loira (por vezes, teimamos em chamar morenas às que não possuem cabelo natural de cor doirada). Não importa nada a classificação: a sua alma de extremos, e um brilho dos olhos negros davam-lhe chama. Tinha, além do mais, esse tão especial sorriso do olhar que poucas pessoas realmente possuem. E solar lhe era o espírito.

Guilherme saudou-a afavelmente. Unia-os, desde os tempos da universidade, essa amizade que pode tornar eternos os companheirismos da partilha das sebtas. Era como se tivessem um pacto. Podiam não se ver durante



PAULO FERREIRA
DA CUNHA



anos, mas o seu reencontro redespertava exatamente no momento em que se tinha separado da última vez. Só que, em lugar de, como na Fábula da Princesa, o tempo ter entretanto parado, pelo contrário a conversa e o convívio retomados incorporavam de forma inteligível os sucessos entretanto ocorridos a cada um. E dir-se-ia até que as suas vidas corriam em paralelo, com o fim de depois, e a espaços, se reencontrarem nessas tardes azuis de tagarelice sobre o mar, ou nessas noites sem fim de grandes passeios ao luar.

Guilherme e Diana sempre tinham compreendido a sua condição de testemunhas um do outro, e sempre velavam o altar da mais alta Amizade. Davam graças por jamais se terem equivocado nos sentimentos, sacrificando à habitualidade de padrões considerados obrigatórios. Correram em tempos, obviamente, alguns boatos. Sempre, porém, se divertiram (moderadamente) com eles.

Guilherme e Diana ocupavam a sala. Não nos é permitido narrar fielmente o que disseram. Há, numa conversa assim, mil pormenores que não só nos escapam, como seria impossível transmitir na sua plena significação. É evidente a causa: faltam contextos, conotações, cumplicidades. Numa sala minimalista este bule vosso criado teve, como vos disse, de espreitar pela fechadura. Vantagens do bico fino...

É também nosso dever prevenir que numa falsa artificialidade, desmentida por um olhar, um sorriso, um gesto ou um esgar até, por vezes domina o colóquio. Há um sábio e subtil jogo de máscaras. Mas para quê tantas prevenções? A verdade é que é intransmissível a magia que rodeia aqueles dois, e que apenas saberemos captar o fátuo, o circunstancial do óbvio, da temática versada — que é o pretexto para a mais profunda comunicação. O texto, afinal, que é a música de fundo das comunhões essenciais. Suba o pano: a conversa já só a vamos apanhar a meio, por este andar:

— Lembra-me bem de um fim de tarde, nas colunas da Faculdade, à sombra daquelas venerandas estátuas de velhos arquitetos...

— Oh! Oh! Eu também. Era um desses dias em que se sufoca, não fora a frescura das ideias... e a brisa. Uma brisa d'alma.

— Sempre foste poetisa. Continuas a escrever?

— Cada vez mais. Mas para mim. Não público. Primeiro, porque não tenho dinheiro para me financiar (assumidas ou não) edições do autor. E depois... porque só a mim interessa o que escrevo.

— Sempre tiveste um não sei quê de avara.

— Eu sei que as verdades te chocam. Mas se são verdades!... Nunca tentaste a carreira diplomática? — a picá-lo.

— Não, esse não era eu. Eu queria era a Marinha.

— Guerra, portanto, e assim... Continuação da diplomacia... — disseram ambos e sorriram com o caso.

O sol da tarde iluminava mais a solar Diana. Guilherme avançou:

— Mas então, poesia. E continuas nessa universidade... Como se chama ela? — Guilherme nunca encarava bem as universidades mais novas e não estaduais. Tinha contra elas um certo preconceito, ao mesmo tempo social e clássico.

— Ah! A minha vida deu muitas voltas. Não nos vemos há cinco, seis anos?

— Sim. Talvez isso...

— Pois bem, vai-te preparando para uma surpresa.

— Serás já catedrática? É isso!? É. É isso... — o sorriso e o olhar de Guilherme eram quase infantis. Mas teve de moderar-se, descoroçoado.

— Sim, e não. Mas isso não importa.

— Modéstia! Eu sabia que era isso! E vieste dar-me a novidade. Obrigado. Mas eu sempre soube, eu sempre afirmei que tu eras a mais brilhante... — ia visivelmente começar um discurso. Paradoxal, este Guilherme. Como ele dava e não dava, radicalmente não dava, importância aos graus académicos.

— Não venhas com retóricas. Queres verdadeiramente saber? Assim, só vês a realidade que crias! — foi ríspida, embora mantendo um sorriso simpático. Guilherme calou-se, e

***“Guilherme e Diana
sempre tinham
compreendido a
sua condição de
testemunhas um
do outro, e sempre
velavam o altar da
mais alta Amizade.”***

preparou-se para escutar lição. Ele sabia que Diana era sempre bafejada pelos deuses em peripécias. Mas ela prometeu ser rápida.

— Lembras-te, certamente, do nosso condiscípulo, esse sim brilhante, o Francisco?

— Claro que sim. Era um rapaz diferente. Era sem dúvida o melhor de nós. Tinha uma aura de profeta, sendo tímido. Um orador fulgurante, quando se inspirava. Fazia um projeto numa tarde e nunca fazia diretas; era amável para com todos, mas conhecia bem os seus inimigos. Muito invejado, vivia levemente, delicadamente. Sabes que pintava muito bem?

— Sim. E compunha. Alguma vez o ouviste em imitações de Lieder? Era soberbo. Compunha a música, mas também — e em Alemão — a letra. E depois enganava todo o mundo fazendo crer que eram peças perdidas que ele desencantara.

— Essa faceta não lhe conhecia. Mas era um magnífico contador de anedotas.

— E um atleta.

— Ah, disso eu nunca soube nada. E que modalidade?

— Salto à vara. E lançamento de disco. Mas cá no País...

— Bem sei, bem sei. Mas, dize-me — que já nos embriagamos com a simples evocação do Francisco — porque falas nele? Espera. Não digas. É curioso como nunca ninguém ousava chamar-lhe Chico. Sim ele era o Francisco.

— Pois era. Não havia outro. Nem há. Uma nuvem escura passou pelo olhar negro de Diana. E uma tímida lágrima poderia ter-se insinuado, não fora ela a própria contenção.

Guilherme, que era sensível e intuitivo, apesar de muito se enganar com os seus preconceitos e o seu intelectualismo, percebeu:

— Não me digas que...

— Sim. Pior. Suicidou-se há dois anos.

— Suicidou-se?

— Francisco era meu amigo, mas nem sequer íntimo. Ele não era íntimo de ninguém. À distância, eu seguia os passos do nosso colega. Ele era a nossa vanguarda. O que lhe sucedesse a ele, era como um símbolo para a nossa geração.

— Bem. Tenho pena de nunca mais o ter visto. Ele nem sequer aparecia nos jantares do curso.

— Devo dizer que nós também não.

— A princípio, não. Depois tornei-me fã. É a velhice!...

— Bom. O que ocorreu foi que a morte do Francisco me obrigou a demitir-me da universidade.

— Mas, como? Não entendo...

— Percebi que o meu lugar era o dele, embora estivéssemos em países diferentes e em instituições muito diversas. Mas somos cidadãos do mundo...

— Mas, queres dizer que te demitiste... da cátedra?

— Sim. E estou muito feliz.

— Não percebo. Não te percebo — e abanava a cabeça...

Decidiu, porém, mudar de conversa, e o seu olhar saltitante deu-lhe uma inspiração súbita. Estava salvo:

— Há horas que vejo aí no dedo um anel doirado, e tenho tido pudor...

— Sim. É verdade. — e riu-se alto: não casei rica, mas casei.

Sem saber o que dizer, Guilherme retomou o fio da meada:

— Mas não percebo o que tem a ver o Francisco....

— É assim: O Francisco formou-se com as mais altas classificações; mas, como tinha a mãe doente, preferiu ficar numa universidadezinha pequena perto da casa rural de família, na qual fazia ofício de feitor, e até de trabalhador braçal.

— Coitado! — Replicou Guilherme, que era agora sinceríssimo.

— Nunca se adaptou bem à mediocridade imperante. Vingava-se a escrever. Aderiu ao partido errado e nem aí o apreciaram. Os seus artigos académicos eram bem heterodoxos. Nenhum parecerista cego o aprovava... Só editava em revistas “que não contam para o currículo”. Aí desunhava-se a escrever, com liberdade.

— Esses artigos, sim, julgo que os tenho quase todos. Ah, isso sim: era um iconoclasta. Como achava ele forças para aquilo? E depois, não citava ninguém. Nunca percebi se aquilo lhe saía tudo da cabeça. Mas devia sair, que ele era bem menino para isso! E depois?

— Depois, como é evidente, não conseguia singrar. Iconoclasta, mas venerador ▶

dos poderes e das instituições formais e instituídas, nunca deu passo nenhum sem consultar os reitores, os diretores e decanos. Até os colegas. Cedia as cadeiras a que tinha direito. Os próprios horários. Recusava bolsas em benefício dos mais novos. Abdicava de ir a concursos para deixar passar os que achava promissores. E só diziam o pior possível dele.

— Sofreu muito. E no final, Francisco nomeou-me sua testamentária com a incumbência expressa de lhe publicar os póstumos.

— Eia! Isso, pelo menos, é uma boa notícia.

— E os diários do Francisco (são só sessenta cadernos em letra claríssima e miudinha) são muito elucidativos de uma vida dedicada ao saber e ao próximo, e contudo sempre torpedeada pela eterna liga dos mediócrs.

— E o baú é grande? Alguma coisa de interesse? Projetos? Ele estava a trabalhar numa cidade utópica, creio que com o segredo desejo de um dia algum mecenas a vir a edificar... Disso toda a gente sabia, não é?

— Sim. Tens os planos muito avançados para vários quarteirões do que chamava a “cidade interna”, da “cidade burocrática” e da “cidade política”. Mas há mais. Pensa em três arcos do Fernando Pessoa, só que com inéditos interessantíssimos que vão da Teoria da Música à Teosofia, passando pela Álgebra Superior e, é claro, a Literatura Mundial.

— Era um génio. Mas sobre a Teosofia e a Álgebra... isso são coisas de amador, não?

— Consultei especialistas. Todos acreditam que o Francisco é um pseudónimo de uma equipa de sábios.

— Acho exagero, mesmo assim. Mas diz-me: então ele suicida-se porquê?

— Suicida-se em protesto simbólico, claro. Não pessoal, mas corporativo.

— Não entendo.

— O Francisco tem uma vida de dedicação praticamente integral à universidade. A morte da mãe e a venda do solar de família vão libertá-lo dos últimos compromissos. E a

“— E a caríssima sede de saber não é um vício caríssimo? Sabes quanto custa mandar vir um livro desses países que contam para os curricula?”

partir daí até ao desenlace escreve apenas dez livros e quase uma centena de artigos.

— Mesmo contando essas coisas às vezes de ocasião...

— Faz as contas. É mais de um volume por ano e mais de um artigo por mês. Isto a par de aulas sem fim, seminários, e ainda... (esquecia-me) as obras de caridade.

— Não pode ser. Tu estás a pintar um santinho. Obras de caridade?

— Sim. Sabes em que utilizou a sua considerável herança?

— Não. Deu-a então aos pobres?

— Rigorosamente, rasgou a capa ao meio. Metade deu a obras caritativas (guardava recibos de tudo) e a outra metade investiu num super-pós-doutoramento no estrangeiro. Não era um desses subterfúgios para ir fazer turismo e ganhar mais um canudo. Isso arruinou-o bastante...

— E as tais bolsas?

— Só conseguia bolsas para os outros. Nunca teve nenhuma para si. E passou a sofrer dificuldades.

— Mas ele não era, digamos, pelo menos razoavelmente abastado?

— Fora. Já não era. O que a universidade lhe pagava era, como sabes, muito pouco. E depois era a conta das livrarias, as viagens, o telefone... Essas coisas pesam para quem é assalariado...

— Ele não tinha vícios.

— E a caríssima sede de saber não é um vício caríssimo? Sabes quanto custa mandar vir um livro desses países que contam para os curricula?

— É a universidade que me manda vir a maioria dos livros, senão já tinha que ter empenhado a camisa do corpo. Eu também sou professor, sabias?

Riram, mas amargamente. E ela continuou:

— Sei muito bem que gastas este mundo e o outro em livros. Estás apenas a evitar-me um sermão.

— Confesso. Gasto muito mais, mas muitas vezes mais, do que a Faculdade gasta comigo em livros. E olha que são simpáticos, nisso.

— Acredito. Mas, sobre o Francisco: Enquanto via cometas de dentro e de fora serem promovidos fulgurantemente a todos os níveis (ele também estava atento à política, também a ela contava nos seus desaires), o Francisco foi considerando o seu ordenado uma espécie de simples “ajuda de custo”. No fundo, ele pagaria para dar aulas...

— Mas estás a querer dizer-me que ele se suicidou devido...?

— Não. Não principalmente. Ele vinha desenvolvendo uma estranha aversão àquilo que amava. Começou por fazer greve aos livros. No final da vida, deixou de ler, silenciosamente, em protesto por não conseguir pagar os livros.

Paralelamente, começou a fazer perguntas incómodas. Tornou-se muito inconveniente. A sorte não o bafejou: tornou-se, no mínimo, um gaffeur. Foi vexado e incomodado. Exercia apenas a liberdade de expressão e de criação científica. E finalmente (coisa que nunca fizera) passou a reivindicar o lugar que lhe era devido pelos seus graus e títulos. Não lhe perdoaram. O decisivo, não sei bem o que foi. Talvez tudo junto...

— Mas há sempre uma gota de água...

— Aí entro eu. Acabava de ser eleita cate-drática, toda contente e fiada no meu mérito... Que presunção a minha!

Interrompeu-se:

— Não posso contar-te os pormenores. Ainda está muito fresco... Continuou, depois de um golo de ar:

— Bem. Casei-me no dia seguinte à tomada de posse. Esperáramos sete anos. Não havia dinheiro nem tempo antes da cátedra. Era mais sensato ir protelando.

Guilherme estava perplexo. Nada naquele puzzle parecia encaixar.

— Resumindo: Francisco, nas suas notas, apresenta elementos concludentes de que eu fui eleita, a quilómetros de distância, para ocupar uma vaga a que ele afinal concorrera, em desespero de causa, como professor visitante.

— Mas se ele estava morto, demitires-te... Será nobre, será bonito, mas não é excessivo?

— Não vou fingir que isto é tudo

romantismo ou quixotismo. Quando se chega onde eu cheguei compreende-se que se andou a esbracejar no vazio, e que a educação não tem remédio, a carreira não tem finalidade. Que tudo é só vaidade e tudo é só logro.

— O que aí vai!... Deixas-me sem sentido. Eu afinal sou um desses...

— Desculpa, o teu caso é bem diferente. Tu amas o que fazes, por si mesmo. Tu és a tua cátedra. Melhor: a cátedra és tu.

Guilherme não entendeu se isso era elogio ou grave insulto. Mas não desejou ripostar, porque queria saber o resto da estória.

— Deixa-me continuar – prosseguia Diana: o Francisco deixou, nas suas notas, uma fórmula lapidar. Sei-a de cor, e o mais dramático é que não me esforcei por decorá-la:

“Vai-se para professor para se estar junto dos livros e dos alunos, e obrigam-nos a estar junto de papéis sem rosto e sem interesse, odiosos mesmo; vai-se para investigador para se aprender, e querem que ensinemos o que não sabemos, nem é bom que alguém saiba; vai-se para docente para criar, despertar, incentivar e põem-nos de polícia a vigiar e corrigir provas; vai-se para se ter acesso à cultura, e fica-se sem um tostão para a ela chegar. Donde, se quisermos estar junto de pessoas que queiram aprender, devemos fugir dos alunos, que só almejam diplomas e estão empedernidamente desinteressados do saber; se quisermos estar junto de livros, devemos fugir dos papéis e das secretarias que a própria escrita, coisa sagrada, profanam; se quisermos aprender e criar e incentivar, temos afinal que fazer uma outra tarefa qualquer que nos dê tempo e dinheiro para isso, e nos liberte das reuniões, dos poderes e dos penachos”.

— É forte. De um grande desencanto. Incomodaram-no por esse texto?

— É inédito.

— Agora já não é (murmurei; mas nenhum deles ouviu).

E Diana voltou:

— Quando me impuseram a larga faixa e o barrete, o anel e o livro, quando profere o juramento a Minerva, senti-me triunfante. Hoje, tenho vergonha. O Francisco nunca passou de contratado a prazo. Fazia questão, aliás, de o declarar para as estatísticas, ▶



VISUAL HUNT

sempre que podia. Por isso, eu abandonei a carreira. Mas também fiz as contas: ganho mais a fazer casacos de malha, pequenos artigos de decoração... E decidi passar a ler o jornal nas partes financeiras e jogar na Bolsa.

— Na Bolsa? Mas isso!... — os olhos arregalaram-se-lhe.

— É! Não custa muito. Ganha-se bastante bem, com um pouco de disciplina e faro. Dou as ordens pelo computador. Ganho muito mais que vários decanos reunidos.

— Mas isso não é... especulação?

— Nunca mais tive de discutir em casa se podíamos ir ao dentista ou comprar um par de sapatos. É um negócio rigorosamente legal, e até divertido. É um jogo...

— Eu disse não entendo nada. Tudo me parece de um outro mundo...

— Claro que o meu Marido me ajudou. Sabes, ele também... Olha, vou dizer mesmo e de forma enfática, como ele gosta de dizer: ele também não trabalha. Dantes, era advogado. Uma seca! Agora dedica-se às finanças, faz desporto, jardinagem, e vamos ter uma criança lá para...

— Ah. Parabéns!... Não se...

— Pois. Era essa a notícia que eu vinha dar-te. E convidar-te...

— Não pode ser! — Guilherme entrou em pânico. Estas coisas inusitadas...

— Para padrinho, pois. A madrinha, como tu não te casas, será Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

— Mas, tu agora és católica?

— Sou. Converti-me com o suicídio do Francisco.

— Desculpa lá, mas é para amenizar: catolicismo, bolsa de valores... tudo isso!... Ainda estou um pouco aturdido. Confuso, quero dizer.

— Pessoas como tu interpretam mal as coisas. O homem não foi feito para trabalhar, mas para gozar o paraíso, para ser feliz. Tenho que te dizer que também dou metade dos lucros aos pobres? As finanças são a charrua. Ninguém lá por casa dá a mínima para o economicismo. Precisamos é de não viver na miséria, nem de aturar clientes maçadores e suportar a máquina da burocracia. Assim, só dependemos da nossa inteligência e de sorte. É muito mais justo.

Guilherme sempre se confundira com Diana, mas desta feita estava com a cabeça à roda. Perguntou maquinalmente:

— E então onde vamos jantar? — procurou deslocá-la para o seu terreno.

— Eu estava a pensar que, para variar, passássemos amanhã por aqui, e fôssemos a um restaurantezinho do outro lado do rio...

— Ah, então mete apresentações. Sim senhor. Vamos lá conhecer esse herói!

Os olhares cruzaram-se, como naquele abraço que não chegaram a dar.

Um espectro diáfano sorriu, apaziguado. Despediram-se desajeitadamente.

Antes deitar, o arquiteto Guilherme não prescindiu de mim, para um repousante chá de cidreira.

•



LEIA O SITE DO SNESUP
WWW.SNESUP.PT